DIRECTOR E EDITOR — DAVID CRISTO • ADMINISTRADOR — ALFREDO DA COSTA SANTOS

PROPRIETÁRIOS — DAVID CRISTO E FRANCISCO SANTOS

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS EM «A LUSITÂNIA», RUA DE HOMEM CRISTO, 17-25 TELEFONE 23886 — AVEIRO

UMA FOLHA DE AGENDA

PELO DR. FREDERICO DE MOURA

DEUS Nosso Senhor nos livre de um afirmativo. Deus nos defenda da suficiência de uns sujeitos que têm tudo reduzido a esquemas e que acreditam em fórmulas como quem acredita em mèsinhas! Nada mais urticuriante para quem tem alguma largueza de espírito do que estes exemplares acríticos que abocam a primeira ideia em que marram e ficam com ela entalada na laringe pela vida fora, convencidos de que estão na posse da verdade absoluta...

Mentalidades sem portas, vivem dentro de seu hermetismo como quem vive em regimem celular e não há nesga de sol que lhes não agrave a cegueira, em vez de lhes iluminar a inteligência.

Chamar conversa à troca de palavras que ontem mantive com um plumitivo pretencioso e petulante é — bem sei — um abuso do vocábulo. Mas à falta de outro, que embora mais expressivo, seria, sem dúvida, pejorativo e cruel, fico-me por ali, ajuntando-lhe o qualificativo que o limite e lhe reduza o sentido da significação: conversa estéril. Estéril como o deserto do Saará, e também daninha como a felga que parasita os campos de cultura.

Faz pena encontrar um moço metido dentro de um espírito dogmático, adormecido mentalmente, detrás de um muro de ausência de dúvidas e incapaz de movimentar os neurónios na indagação do rigor das premissas de que parte. Mas foi o caso.

Durante cerca de uma hora procurei trazê-lo ao calor vivo da dialéctica, solicitando-lhe, humildemente, a revisão de pontos de vista para que não aduzia qualquer alicerce, mas sempre os meus argumentos e os meus apelos rasparam inúteis na casca espessa da oclusão mais fechada.

Incapaz de abordar criticamente as ideias e os factos, negava-se à problematização, com uma teimosia obstinada, com os pés fincados num pragmatismo grosseiro e primário. Por outro lado, portador de uma cegueira axiológica que lhe não permitia ser sensível a nenhum valor, de nenhuma escola, nem mesmo os valores estéticos — que eram o núcleo da conversa — acordavam nele uma fissura de compreensão que possibilitasse o diálogo.

Entrincheirado no fosso de uma escola ou de uma tendência, não era capaz de abrir os olhos na direcção de outro caminho que não fosse o do seu sentido obrigatório. De maneira que, ao fim de uma hora de estímulos e razões perdidos no vácuo, eu não tive outro remédio senão desistir da esperança de trazer aquele jovem à liberdade de espírito — a esse húmus fecundo para a sementeira das ideias.

Melancòlicamente resignei-me, e melancòlicamente escrevo esta página.

Eu gosto de quem tem amor às Ideias, mas gosto de quem saiba amá-las com o viço da inteligência e com o calor do raciocínio. As ideias não se amam fìsicamente nem se de-

Continua na página 4

Carta de Lisboa

alinhavos

por GONÇALO NUNO

A Ponte da Arrábida, no Porto, tinha que ser a maior qualquer coisa para dar satisfação ao orgulhosinho tripeiro. E é: é o maior arco do Mundo em cimento armado. Eles, os tripeiros, devem estar satisfeitos com isso e poderão fazer pirraça ao alfacinha durante alguns anos, mas só durante alguns e que serão poucos. Quando vier a ponte sobre o Tejo, terá Lisboa a resposta adequada, pensava eu isto tudo quando, há três dias, vi na zona ribeirinha a primeira tabuleta alusiva ao início dos trabalhos da ponte sobre o Tejo.

Depois, instintivamente, e já que estamos em era de pontes, pensei na nossa pobre e remendada ponte da Barra e nos malabarismos perigosos a que todos estivémos sujeitos este Verão, depois de longos compassos de espera em bichas intermináveis. Isto era em Agosto, o auge do sal e de outros actractivos da região. Não se entende. Uma das vezes estive três quartos de hora na bicha — parece que houve fogo — e senti-me envergonhado no meio de dois

Continua na página 2

Dois inéditos sobre o cientista aveirense

JOÃO JACINTO DE MAGALHÃES

ARTIGO DO DR. ANTÓNIO CHRISTO

Continua a carta de José de Azevedo de Castel-Branco, cuja transcrição iniciei no último número do Litoral:

«Como seja impossível haver neste Mundo felicidades sem contrapeso, eu sofri por ocasião de um perigo que minha mulher teve alguns meses depois de casados; mas como o poder de Deus não seja limitado, ele se dignou dar-me depois uma menina, de quem El-Rei, por me honrar, foi Padrinho, mandando ao Ex.mo João Rodrigues de Sá e Melo, hoje Visconde de Anadia, que passasse e no seu Real Nome tocasse em minha filha quando se baptizasse; cuja função foi nas casas e capela em que residia, com todo o explendor e assistência de toda a Nobreza da Cidade e ainda da Comarca, não só por ser o meu primeiro filho, mas em reverência de tão alto Padrinho e distinto Comissário.

Passei em Aveiro quatro anos, gostoso, com minha mulher e filha, pois que o país é grato e não maus os seus habitantes; mas sofri grande trabalho com o peso do despacho e seu expediente, ainda que ele se me tornava grato e suave por ser consequência da vida a que me propus. Passados eles, recolhi a esta cidade a residir na Quinta da Várzea, por se acharem as minhas casas da Portagem ocupadas com um sobrinho do Ex.mo Snr. Martinho de Melo, e aqui vim esperar outro bom su-

2

Continua na página 2

Sobre as vendas de pescado na

LOTA DE AVEIRO

CONSIDERAÇÕES DE RUI CAMPOS

EM Maio de 1960, e sob esta mesma epígrafe, trouxemos às colunas do «Litoral» algumas considerações que, pela sua flagrante veracidade, lograram o aplauso da quase totalidade da classe que se dedica à compra e venda do pescado das nossas águas.

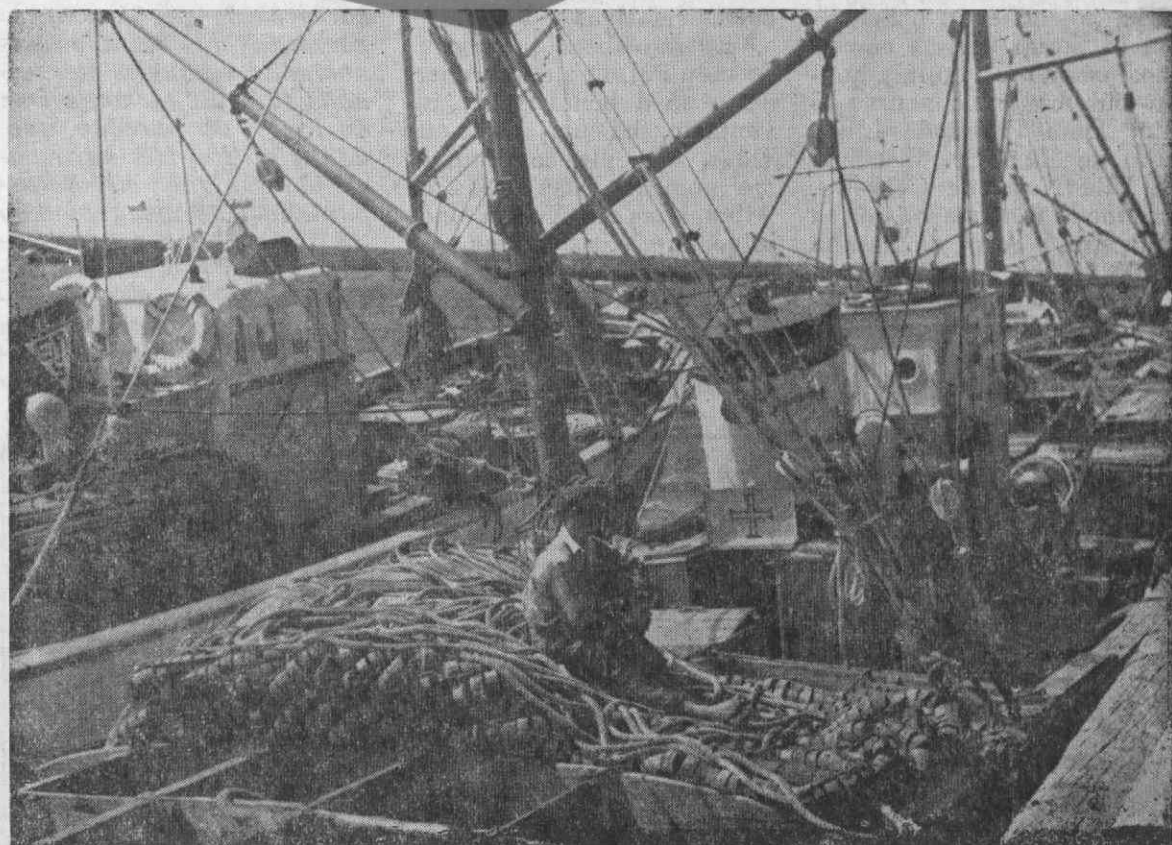
Tão claramente expressámos, então, as irregularidades que estavam a ser praticadas nas vendagens do pescado, que da parte dos vendedores-compradores — como então referimos — sòmente deparámos com um silêncio confirmativo da razão que não assistia.

Ficámos a aguardar que as entidades competentes promovessem a necessária remodelação dos processos que se vinham adoptando, tanto mais que, sabemos, as referidas «considerações» serviram de base a várias exposições (assinadas por muitas dezenas de intervenientes na compra do pescado) que foram enviadas a diversas entidades.

Contudo... já mais de um ano vai passado e... tudo corre como dantes:

— o vendedor continua a comprar o peixe que está a vender, e os lanços continuam a ser oferecidos por sinais;

Continua na página 3

TRAINEIRAS NA LOTA DE AVEIRO

assuntos dos jornais & assuntos locais

ARTIGO DO DR. ALBERTO SOUTO

5 Pelo artigo último em que se abordou a planeada, longamente desejada e completamente projectada obra do muito necessário e muito urgente novo Matadouro de Aveiro, vimos que a essa obra se destinavam e têm de destinar 4 000 dos 10 000 contos do empréstimo solicitado pela Câmara em 1960 e empatado pelo sr. Governador Civil, empréstimo que o mesmo sr. Governador Civil tem andado agora a ver se desempata porque, agora, já esse empréstimo nem é *ruinoso*, nem *desnecessário*...

E vimos, através desta conversa com os leitores,

Continua na página 7

Aveiro, 7 de Outubro de 1961 • Número 363 • Ano VII

Dois inéditos sobre João Jacinto de Magalhães

Continuação da primeira página

cesso de minha mulher, que Deus foi servido conferir-lhe em 6 de Abril próximo passado dando-me outra menina, à qual se dignou honrar o Sereníssimo Príncipe do Brasil com ser seu Padrinho da pia, para o que foi servido enviar-me um Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, dirigido ao Principal Castro, Reitor Reformador desta Universidade, porque constava haver Sua Magestade benignamente prometido que o Príncipe, Nosso Senhor, fosse Padrinho do filho ou filha que eu esperava desse à luz minha mulher D. F.... e era servido que, quando por mim fosse avisado do dia e hora em que se havia de conferir aquele Sacramento, a ele fosse assistir em nome de Sua Alteza e fizesse as funções de Padrinho como representativo do mesmo Senhor (formais palavras do Aviso)».

Estão os leitores a aperceber-se da incomensurável vaidade do feliz magistrado...

O «Ex.mo João Rodrigues de Sá e Melo» foi o 1.º Visconde e o 1.º Conde de Anadia, vila de que teve o senhorio (Cf. E. Pereira e G. Rodrigues, Diccionario, *vol. I, pág. 467); o «Principal Castro» era D. Francisco Rafael de Castro, antigo porcionista do Colégio de S. Pedro, principal diácono da Sé Patriarcal de Lisboa e, além do mais, Reitor da Universidade de Coimbra (Cf. Francisco Morais,* Reitores da Universidade de Coimbra, *págs. 55 e seg.).*

Prossigo na transcrição:

«Em sua consequência veio o Ex.mo Principal a esta Quinta no dia 25 do mesmo mês de Abril, pelas 5 horas, tempo em que a capela e casas se achavam ricamente armadas; e estava junto um luzido concurso de todos os Ministros de Coimbra, sua Nobreza e muitos Snrs. do Cabido e corpo académico mais respeitável.

Então se celebrou o Sacramento do Baptismo, ministrado por Manuel Pais Trigoso de Magalhães, cónego da Sé de Viseu e lente de Cânones nesta Universidade, preenchendo o Principal as farsas da sua comissão, fazendo-me muitas honras públicas em concurso do Ill.mo Dom Fernando Lima, filho do Ex.mo Sr. Visconde de Vila Nova de Cerveira, que tocou também na minha filha com a coroa da Rainha Santa Isabel, sua Madrinha.

Acabada esta função, passaram imediatamente estes dois Senhores a cumprimentar minha mulher e, depois, com todos os mais convidados, os conduzi a uma sala destinada com um bom púcaro de água, em cuja mesa se dignaram os Ex.mos Padrinhos Comissários abrir exemplo, comendo alguns deles, que seguiram todos os mais que me quiseram fazer essa mercê. Dali voltou o Ex.mo Principal a despedir-se de minha mulher; e acabando os mais de merendar, foram gozar de um excelente concerto de música em uma sala próxima do camarim de minha mulher, onde alguns se entretiveram em jogos, nas diferentes mêsas que se haviam aprontado, e todos eram socorridos miudamente com variedade de bebidas, próprias daquela estação, até perto da meia noite, em que gradualmente se foram retirando.

E' certo que esta luzida função me custou bastantes moedas; mas eu que dou por bem empregadas, sempre que dela me resulta a verdade de se dizer geralmente que ela fora a mais decente, luzida e igual que até hoje tem visto Coimbra.

Se El-Rei fosse ainda vivo, estaria eu há muito tempo reconduzido em Aveiro, fazendo o lugar de Desembargador do Porto, para o que se tinha eficazmente interessado com a Rainha até ao ponto de mandar Sua Magestade lacrar o Decreto daquele despacho; porém, como imediato a esta determinação adoecesse El-Rei e morresse, com ele expirou aquela decisão, pois que em poucos mêses me deram sucessor e me têm entretido na esperança de que eu vivo na lembrança de Sua Magestade, como afilhado e compadre de seu marido, e que o meu despacho será infalível na primeira promoção do Porto.

Esta é uma fiel narração do que por mim tem passado, desde que V. S.ª se ausentou deste Reino».

Deus me perdoe se peco; mas está a parecer-me que esta longa descrição de riquezas e pompas se destinava apenas a abrir caminho... para o que vai seguir-se:

«Resta agora passar a coisas relativas a V. S.ª.

Entre os bens que possuo de meu Pai, de quem fui herdeiro só a benefício de inventário, há um prazo de vidas, que ele com outros me nomeara, das casas de Alboi, sitas em Aveiro, onde julgo que V. S.ª nasceu e se criou e benignamente foi servido nomear por doação em meu Pai.

Esta propriedade se foi arruinando na sua vida, sem embargo de ir ele anualmente aplicando quase todo o rendimento para seu reparo, que não excedia de 2400. cativos ao pagamento de 3200. de foro, e de 2000. e tantos reis de décima.

No tempo em que eu estive naquela cidade, fiz uma grossa despesa no concerto delas, sem embargo de ser feita à minha vista, depois do que foi assistir nelas o Juiz de fora; porém, como este padecesse nas mesmas em todo o ano passado muitas maleitas, a sua família as largou e até hoje apenas estão alugados os armazéns; e como não sei se V. S.ª haverá por boa a nomeação que das mesmas casas me fez meu Pai, e desejo saber o destino que quere que eu faça do rendimento liquido daquele prédio, lhe dou de tudo parte, para V. S.ª me determinar em que lhe deva obedecer».

Não deve ter o epistológrafo errado a suposição: é muitíssimo provável que o insigne cientista tenha nascido — em 4 de Novembro de 1722, como positivamente se sabe — nas casas do Alboi, pois foi baptizado, em 22 daqueles mês e ano, na igreja paroquial de S. Miguel, a cujo território aquele bairro pertencia (Cf. Rangel de Quadros, Aveirenses Notáveis, *fl. 15).*

A carta termina deste modo:

«Ouvi dizer que os Rev.os Crúzios não têm contribuido, ao depois que saiu deste Reino, com os seus respectivos alimentos; quando assim seja, e V. S.ª queira que eu a sua cobrança dê alguns passos, sirva-se de me mandar essa ordem e procuração, na certeza de que ninguém com mais eficácia lhe há-de tratar esta dependência. E não só nela, mas em todas as mais do seu gosto e interesse, me tem V. S.ª sempre pronto, com a maior vontade, para me interessar em o servir com o maior afecto, por ser com muita verdade minha

De V. S.ª

primo e amigo afectuosíssimo e servo obrigadíssimo

Coimbra 23 de Julho de 1787

José de Magalhães de Castel-Branco».

Explica-se, para os menos versados na matéria, que João Jacinto de Magalhães foi frade crúzio: entrou, muito novo, para a Congregação dos cónegos regrantes de Santo Agostinho, no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, ali professando com o nome de D. João de Nossa Senhora do Desterro.

Fica o resto para próximo número, querendo Deus.

ANTÓNIO CHRISTO

CARTA DE LISBOA

Continuação da primeira página

carros franceses. Depois, lá passámos, aos solavancos, em ar de gincana arriscada, para dar a vez à bicha igual que aguardava do lado de lá. O eterno remendo, o eterno provisório, a eterna poupança. E para se proceder a tão volumosa prótese escolheram-se exactamente os meses de Verão e anedòticamente poder-se-á pensar que talvez tenha sido intencional dificultar o turismo para lá do Forte, reconhecendo e aceitando não estarem a Barra e a Costa Nova suficientemente compostas para receberem visitas. Se foi esse o propósito, acho que está certo, acho até que deveriam ter cortado a ponte em tais meses, porque, para olhos estranhos, é uma vergonha o que se apresenta do lado de lá da dita.

Que nós soframos, os da casa, é penitência parece que sem remédio; mas, ainda por cima, patentearmos às visitas, sem pudor, o desalinho da nossa casa, não é de gente civilizada e que pretende enaipar na grande sinfonia turística.

Os cheiros pestilentos, a lixeira de cada muro a chocar ovos de mil insectos, a poeirada no bailado das nortadas, e aqueles mesquinhos tufos de tarmagueiras ao longo do paredão, que, não constituindo ou cumprindo qualquer missão urbanística, são apenas biombo de atrapalhações fisiológicas — eis o espectáculo edificante. Seria talvez preferível arrancar tão impróprios biombos voltando ao descampado total como única garantia, talvez, de o paredão poder voltar a ser o passeio apetecível de quem vai à Barra e de quem ali permanece como veraneante e contribuinte. Mas ninguém toma medidas, há uma inércia latente e tudo se vai agravando de época para época nos aspectos sórdidos a que aludimos e que acarretam para a região famas que não nos ilustram.

Foi por tudo isso que ao ver a tal tabuleta à beira Tejo tive uma certa inveja. É bem claro que a ponte da Arrábida e a ponte do Tejo são obras que interessam ao País e estão, portanto, fora da escala do nosso problema, meramente regional. Mas ninguém pode levar-me a mal este egoismo bairrista.

Quem pegará a sério nos nossos problemas? Quando será a nossa vez de vermos a Barra integrada como pedra fundamental, que é, num programa de conjunto do turismo e urbanização da nossa região?

Quando do Forte se olha para S. Jacinto e se visiona a carreira dum «ferry-boat» a fechar o circuito maravilhoso, quando nos debruçamos das varandas da Pousada naquela invejável localização, quando seguimos até à Torreira e até a essa tentativa feliz da praia lagunar do Areinho, sentimos que aquilo vai, que toda aquela faixa é uma promessa futura, que há interesse, que há carinho, que há visão.

Mas do lado de lá da ponte do Forte... quem pegará a sério no problema?

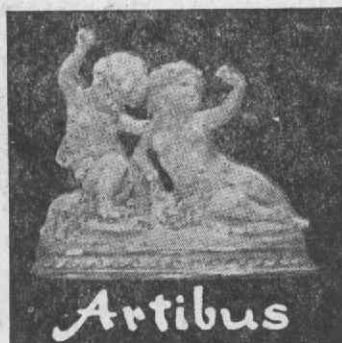
ESTIVE entre o milhar de convidados da Companhia Colonial de Navegação na visita ao seu novo e belo paquete «Infante Dom Henrique». Gostei.

Desde pequeno que visito paquetes e tomei-lhe o gosto. Um tio simpático, inspector aduaneiro, aos domingos levava-me a visitar o que houvesse pelos cais: ou um paquete da Mala Real, ou um daqueles acolhedores holandeses da velha linha das Indias Orientais, ou os italianos já célebres. Familiarizei-me assim com os hábitos e os cantos desses hoteis flutuantes.

Mais tarde, eu próprio ingressei numa Companhia de Navegação estrangeira. Estávamos em plena guerra hitleriana. Os nossos paquetes eram dos poucos estrangeiros que mantinham a escala regular por Lisboa e no dia da chegada lá estava eu, por amor àquilo e muito também para ouvir os relatos do que ao tempo ia por esse Atlântico de morte.

Por força de todas essas circunstâncias e de outras mais, posso dizer que conheço quase todos os bons paquetes que escalam Lisboa. E desde que fiz a primeira viagem oceânica num deles, ficou-me latente o apetite de partir para o círculo imenso do azul. Sinto-o sempre e ontem mesmo o senti a bordo deste Ritz da nossa frota mercante. Com conhecimento da matéria, pois, posso aqui afirmar que o «Infante Dom Henrique» nos honra, podendo enfileirar ao lado dos mais lindos paquetes que nos visitam. Poderá vir um ou outro mais luxuoso, não de melhor gosto. O nosso, que passa a ser o maior navio português, é de um bom gosto sóbrio e equilibrado, com todos os confortos modernos e os melhores inovações da técnica naval.

A completar o requinte dos ambientes e dos materiais, uma larga participação dos nossos artistas plásticos — é o primeiro paquete inteiramente decorado por artistas nacionais — e, conforme foi frizado aos brindes, a experiência resultou. De justiça salientar, quanto a mim, a prodigiosa escultura do Infante, de A'lvaro de Brée, e a pintura de Júlio Pomar no salão de música da 1.ª classe, representando um estaleiro de

Conclui na página 6

Um grande poeta minhoto e um ilustre aveirense, quase esquecido

João Penha e o Dr. Joaquim de Melo Freitas

Artigo de **Manuel Lavrador**

2 Aproveitei a oportunidade para recordar aqui o nome dum ilustre aveirense — o Dr. Melo Freitas, condiscípulo de João Penha e que também poetisou um pouco e escreveu crónicas interessantes de alguns tipos populares e costumes de Aveiro do seu tempo, algumas delas cheias de graça e boa observação.

Escrita pelo seu punho, no ante-rosto do seu livro de versos «*Garatujas*», exemplar que pertenceu ao poeta do Minho e que possuo, lê-se esta dedicatória, que me deu conhecimento de ter sido este nosso conterrâneo condiscípulo de tão espirituoso vate: «*A João Penha poeta distinctissimo e seu condiscipulo, como lembrança saudosa da sua licção sobre «Aereo» na aula do Mexia Sallema, oferece o Autor*».

Que se passou nesta aula? — Não sei e julgo não ser fácil averiguá-lo — talvez impossível; mas é de supor ter sido uma lição de *arromba*, em ambiente de gargalhada, daquelas em que Penha espalhou alegria a rodos, com a graça da sua *verve* sarcástica e cintilante.

O Dr. Joaquim de Melo Freitas, espírito alegre em figura respeitável, que, no meu tempo de rapaz, muito bem conheci, na nossa terra, aparecia sempre com boa disposição, ostentando, na lapela, uma flor vermelha. Qualquer acontecimento lhe servia para mimosear os amigos com fina chalaça, em anedota maliciosa, a propósito do caso.

Quase diàriamente nos encontrava e ao meu respeitoso cumprimento ele, sorrindo, elegante, respondia sempre: — «*O'á! Como passa o nosso Lavrador de... terra vermelha*»?

Parece-me vê-lo, na minha frente... Atendendo a este feitio chalaceador, é de presumir que tivesse dado boa lição...

Das suas crónicas, a que mais me causou o riso foi a do livro «*Ironias Transparentes*» — *A Música de Frossos*. Mas, nesse género, de bom humorismo, escreveu mais: — «*O meu barbeiro*», «*Cólicas*», «*Um Sonho*», «*O Amor*» e outras, entre elas um «*Primo de José Estevão*», em todas focando, com muito espírito e poder de observação, os mais grotescos tipos de Aveiro do seu tempo de *menino e moço*... Na última, a que descreve «*Um Primo de José Estevão*», não teve o Dr. Melo Freitas a intenção de lançá-lo no ridículo. As excentricidades do desventurado demente foram generosamente apresentadas, sem o intuito de com elas fazer rir o leitor.

O próprio retrato do autor está, no livro, por ele mesmo traçado em prosa irónica da melhor. E a narrativa de «*A Música de Frossos*» foi também feita com pedaços de prosa altamente humorística, em períodos cheios de espírito, que dão uma ideia perfeita do que era esse burlesco conjunto musical, tocando na Feira de Março. Assisti lá, muitas vezes, e nas ruas de Aradas, pelas festas da Senhora da Saúde e do S. Sebastião, às suas cómicas exibições. Tenho ainda presente, na memória, a figura caricata do homem do bombo, a dançar e, cheio de gana, batendo rijamente com o maço no zabumba, para fazer um barulho, que nos atordoava os ouvidos e acompanhava os furiosos agudos das fífias do toque do homem do cornetim, não menos grotesco, em seus esgares! Tudo isto está magistralmente descrito na crónica, da autoria do Dr. Melo Freitas.

Nos seus tempos de Coimbra, teve ele como companheiros Magalhães Lima, Junqueiro, Benardino Machado, Cândido de Figueiredo e outros estudantes, conhecidos nas lides literárias da Academia e que muito o estimavam. Em Literatura mostrou sempre tendências para o género humorístico. As «*Ironias Transparentes*», que publicou, são um livro que serve de exemplo desta afirmação. Em verso, as «*Garatujas*» rimas subtis do seu lirismo, são outra prova evidente dum bom humor, a servir essas tendências, quase sempre com fina e maliciosa ironia.

Dr. Joaquim de Melo Freitas

No volume «*Violetas*», apresenta, entre outros, um capítulo deveras impressionante — «*Palavras e Acções de José Estevão*» — em que o leitor não pode deixar de se emocionar pela figura extraordinária do «*Gigante da Tribuna!*», do «*Artista da Palavra!*» — a maior glória não só da minha terra, mas da oratória portuguesa! Foi esse capítulo escrito com alma e com arte literária, muito dignas de apreço. Nele e em alguns dos outros, o Dr. Melo Freitas revelou-nos o seu grande espírito de pensador, de observador, de artista, e de entusiasta aveirense.

Muito além da modéstia do título do livro, há, em «*Violetas*», passagens de fino recorte humorístico-literário e de minuciosa observação.

Um pequeno exemplo está no capítulo «*Typos*». Hàbilmente traçada, encontra-se nele uma galeria de retratos, constituída por: «*Quina*» (o Taberneiro); «*José Palavra*» (o Estafeta); «*Sérgio*» (o Vinolento); «*Francisco da Ponte*» (o Jogador de Pau); «*Pina*» (o *Passarinheiro*); «*José Semana*» (o Moderno Cyclope); «*Miguel Pernócha*» (o Prototypo); e «*Luís Santo Tirso*» (o Improvisador) — indivíduos grotescos de Aveiro de outros tempos e que, com seus costumes e facécias, fizeram rir a *bom rir* a gente do burgo e serviram de magnífico assunto para os devaneios literários e humorísticos do Dr. Melo Freitas.

O último — Luís Santo Tirso, o Improvisador, foi um poeta de *água doce*, muito cómico, que, em qualquer momento e a propósito de qualquer coisa, dava largas ao seu *estro*. As rimas saíam-lhe da boca graciosas. Eram a sua melhor consolação. Com elas, dava resposta a tudo...

Eis uma quadra da sua *inspiração* e que, com ela, como com muitas outras, fazia o gáudio das raparigas:

«Ó minha rosa bravia
Linda flor do caniço
Se és rosa d'Alexandria
Eu sou Luís Santo *Tiço*»

Um dos outros tipos, que andava permanentemente embriagado, era o Sérgio, furioso político, sempre em discussões com o barbeiro, o boticário e os seus clientes. Viveu arrastando o fardo da vida com o único prazer de beberricar vinho e aguardente.

O seu cronista, Dr. Melo Freitas, comparou-o a um bêbado célebre «a quem o padre exortava, na hora da morte, a que se reconciliasse com seus inimigos e que, acedendo ao pedido religioso do seu confessor, disse em voz desfalecida:

— *Deixem-me ver a água.* Para Sérgio era ela o único inimigo. Tivera-lhe *rancor e um ódio medonho, salvando-se apenas desta aversão a aguardente*», entre todas as águas...

* * *

Eis-me chegado ao final das minhas divagações, resultantes da lembrança dum passeio, pelo Bom Jesus do Monte, em tarde dum dia de férias, no fim daquele «*Junho ardente*» e em cavaqueira alegre com um velho amigo, ouvindo e contando anedotas, com o nosso bom humor a expandir-se...

N. da R. — *Na primeira quadra do soneto de João Penha, publicado no penúltimo número, saiu, por «gralha»,* lado vil *em vez de* lodo vil; *e, no último verso do mesmo soneto,* Humanidade *por* Imensidade. *Desculpem-nos os leitores a pouco cuidada revisão.*

As vendas de pescado na Lota de Aveiro

Continuação da primeira página

— continua a entregar o peixe a si próprio, e a não ver, quando tal lhe convém, os sinais de lanço que cobrem aquele que só ele sabe ser seu;

— continua a apregoar lanços supostos e a fazer as divisões «fantásticas» do peixe, com outros vendedores compradores, para que estes não votem além do limite pre-combinado!

As lastimações dos muitos lesados não deixam também de se ouvir dia a dia, bem como as cenas de total deselegância e do zero de pudor que temos presenciado: tudo motivado pela continuação desta prática, aliás consentida pelas autoridades fiscalizadoras da vendagem!

— Consente-se que «se tem de aceitar nas lotas a concorrência de indivíduos que são simultâneamente vendedores e compradores, pois esta prática não é considerada ilegal, estando até os vendedores-compradores colectados em contribuições superiores à dos compradores ou negociantes»!

É lógica da administração fiscal que o montante do movimento proveniente de actos comerciais seja a base para o estabelecimento da contribuição industrial a colectar.

São quase exclusivamente os vendedores-compradores, uns por compra, outros por venda, quem transacciona todo o pescado movimentado na Lota de Aveiro, auferindo, como é razoável, as suas percentagens.

Por consequência, nada admira que um vendedor-comprador esteja colectado em contribuição superior à de um comprador ou simples negociante, que podem ser, de entre os primeiros, uma simples peixeira de canastra, e de entre os segundos, um simples almocreve!

Apesar de termos conhecimento de que, entre os negociantes, muitos há colectados em contribuição superior à de qualquer vendedor-comprador da Lota de Aveiro, julgamos que as nossas «considerações» não suscitavam a dúvida de que um vendedor não pudesse efectuar as compras de que tivesse necessidade, tanto mais que, para tal, paga a sua contribuição.

O que queríamos dizer — e que nos parece lógico — é que, enquanto o mesmo indivíduo — a mesma voz — procede à vendagem do pescado, não deve, simultâneamente, proceder à compra do mesmo pescado, que, frize-se bem, está vendendo.

Ao vender o peixe, o vendedor representa o legítimo dono do produto, e, portanto, este apenas o deseja vender, claro, se a venda convier, e é ùnicamente para esse fim que deposita o peixe na lota.

Ou se vende, ou se compra! Não pode o vendedor encarregar um seu empregado, ou outra qualquer pessoa, de vender ou de comprar o peixe por sua conta?

—Admite-se que, «embora se tenha procurado atenuar a prática dos lanços por sinais imperceptíveis, prática no entanto corrente na zona Norte do País, não se pode proibir em absoluto, pois isto poderia afastar da lota alguns compradores que usam este processo para não serem descobertos por outros concorrentes, quer amigos, quer não», admitindo-se igualmente que «desta prática só pode resultar mais aumentos de lanço o que só favorece a Fazenda Nacional»!

Não comungamos neste parecer, até porque estamos dentro do assunto e sabemos que assim não é.

Quando o peixe escasseia, verifica-se, como é lógico, a lei da oferta e da procura, neste caso com o consequente benefício para os armadores e pescadores.

Dentro da lota é sobejamente conhecida, por todos os vendedores-compradores, a capacidade de compra de cada licitador e, neste caso, todos têm interesse em saber a quem pertence o «lanço» oferecido, para saberem, ou deduzirem, se o ofertante tem ou não capacidade de aquisição da totalidade do peixe em venda.

Sucede, portanto, que algumas vezes, os vários compra-

Continua na página 5

O momentoso problema do preço do sal

Em notícia da Figueira da Foz, o *Diário Popular* do dia 3 do corrente abordou o momentoso problema do preço do sal nos seguintes termos:

Estão em situação confrangedora os produtores dos salgados da Figueira da Foz e de Aveiro, onde vivem em regime de parceria, desde tempos imemoriais, os proprietários das marinhas e os seus marnoteiros.

São estes os únicos salgados estruturados corporativamente, de entre os demais do País, que até hoje não atingiram a situação prevista no decreto 38 909, de 12 de Setembro de 1952.

O organismo responsável, que tem elementos de estudo e informações, encarregado oficialmente, por despacho de 6 de Novembro de 1960, da reorganização do comércio do sal, deixou expirar o prazo, mantendo-se em cruel indiferença.

O sal que os grossistas adquirem na secção diferenciada da salicultura dos Grémios da Lavoura nortenhos, ao preço de 240$00 a tonelada, é vendido ao consumidor, nos próprios centros da produção, a 600$00, 700$00, 800$00 e, até, 1 000$00!

Um aumento de pelo menos 60$00 em tonelada, que os produtores conclamam e pedem com instância ao Ministério da Economia, comporta-se na margem dos lucros dos intermediários, sem alteração do preço de venda ao público.

É um aumento tão naturalmente indicado que, na Figueira da Foz, comerciantes já o têm pago nas marinhas, entregando no Grémio da Lavoura o preço tabelado de 240$00 e ao produtor o preço extra de 60$00.

Também tem sido levantado sal das marinhas ao preço de 300$00 ilicitamente, sem as respectivas ordens-facturas passadas pelo Grémio, factos que são do conhecimento da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos.

Isto é rigorosamente exacto e vem confirmar, em absoluto, tudo o que no *Litoral* se tem publicado sobre a matéria.

O preço do sal fino dos salgados de Aveiro e da Figueira da Foz, fixado, em 1953, em *200$00 por tonelada,* deixou há muito de ser compensador do capital investido nas marinhas e do trabalho dos marnotos.

De então para cá aumentaram consideràvelmente os encargos da produção, sucederam-se as safras deficitárias (só a de 1957 foi excepcionalmente vultuosa), multiplicaram-se os estragos nas marinhas, provocados por temporais e por invernos rigorosos, e agravou-se o custo da vida. O preço de 200$00 por tonelada, determinado com base no custo da produção e em atenção à média dos resultados das safras, logo passou a ser *injusto* e, em alguns casos, como em 1956, em 1958 e em 1960, *ruinoso.*

Em 15 de Julho de 1957, em vista da exiguidade da safra anterior (12 000 toneladas) e na incerteza da produção daquele ano, os Serviços fixaram o preço do sal em *280$00 por tonelada;* mas logo que a produção desse ano se mostrou prometedora (produziram-se, então, 78 472 toneladas), suspendeu-se o aumento (este rendeu 152 000$00, *que pertencem aos produtores salineiros,* só um tendo recebido 3 000$00 e havendo a Comissão Reguladora chamado para os seus fundos os 149 000$00 restantes!), e o preço do sal voltou a ser... de *200$00 por tonelada!*

Continuou a aumentar o custo da produção; continuaram os estragos nas marinhas; continuou a agravar-se o custo da vida; e as safras continuaram a ser exíguas, muito inferiores à média de 54 000 toneladas que serviu de base à fixação do preço em 1953: em 1958, produziram-se 43 000 toneladas; em 1959, produziram-se 53 000 toneladas: em 1960, produziram-se 44 000 toneladas; e a produção de 1961 está calculada, como resulta dos apuramentos já feitos, em 52 000 toneladas.

Pois tendo-se fixado em 15 de Julho de 1957 o preço em *280$00 por tonelada,* em 1960, quando o custo da produção era muito superior, quando o custo da vida ainda mais havia aumentado, e tendo sido as safras, a partir de 1958, muito mais exíguas, a Comissão Reguladora propôs um simples aumento de 40$00 por tonelada sobre o preço primitivo e este foi o fixado por despacho de 8 de Novembro de 1960: o preço do sal passou a ser de *240$00 por tonelada!*

Mas nem a produção salineira aproveitou completamente deste *tardio* e *irrisório* aumento: quando o despacho entrou em vigor, tinha-se já escoado muito sal da safra de 1960, daí resultando que só uma parte da produção beneficiou do aumento; e a Comissão Reguladora, até hoje, ainda não compensou os produtores salineiros do grave prejuizo que lhes causou com a *propositada* demora da solução, *há muito reclamada,* de um problema de cristalina transparência!

Pondere-se agora o seguinte: desde 1956, pelo menos, se impunha, como *acto de elementar justiça,* o reajustamento do preço do sal; desde então, deveria ele ter sido fixado, pelo menos, em 300$00 por tonelada, segundo os cálculos *conscienciosamente* feitos e oportunamente fornecidos. Ora, de 1956 a 1960, produziram-se no Salgado de Aveiro precisamente 230 472 toneladas de sal: isto significa que da teimosia dos Serviços em não proceder *com escrupulosa justiça* à actualização do preço do sal resultou já para a economia da região *um prejuízo muito superior a 23 mil contos!*

Porquê este desprezo pelos *direitos incontestáveis* dos produtores salineiros de Aveiro — e também da Figueira da Foz — precisamente aqueles a quem se deve a organização corporativa desta importante e característica actividade e os que mais esforçadamente têm procurado o seu aperfeiçoamento?

Porquê obrigar a produção salineira dos salgados nortenhos a vender pelo preço, nada compensador, de *240$00 por tonelada* o sal que os consumidores, nos próprios centros de produção, pagam por preços que vão desde *400$00* e *500$00,* em alguns raros casos, ou de *600$00, 700$00* e *800$00,* mais geralmente, até *1 000$00 por tonelada,* quando não ultrapassam esta importância?

Porquê deixar na chusma injustificável dos intermediários o que *legitimamente* pertence à produção — e que, de resto, pode dar-se-lhe *sem qualquer gravâme* e até *com benefício* para o consumo? Por que motivo, como se recorda na notícia publicada no *Diário Popular,* não reorganizaram os Serviços o comércio do sal que, conforme lhes foi determinado, deviam ter reorganizado até 31 de Dezembro de 1960?

O problema foi repetidamente posto *com verdade* e *com clareza,* e a sua solução não oferece quaisquer dificuldades: basta aumentar, a título provisório, como se fez o ano passado, o preço do sal fino dos salgados de Aveiro e da Figueira da Foz para *300$00 por tonelada,* pelo menos, e cuidar depois da reorganização da produção e do comércio desta importantíssima actividade.

Mas é de notar que o aumento, tão *insistentemente* e tão *justamente* solicitado, será já tardio, por levantadas das eiras, pelo menos em Aveiro, grandes quantidades de sal, que nunca o deveriam ter sido antes do reajustamento dos preços!

Como não compreender o *descontentamento* dos milhares de pessoas que, em Aveiro e na Figueira da Foz, vivem, directa ou indirectamente, da actividade salineira? E como não compreender os inconvenientes de ordem *política,* de ordem *económica* e de ordem *social* que a flagrante injustiça tem acarretado e cujas consequências podem tornar-se ainda mais deploráveis?

Submetemos estes dados à consideração dos Serviços e continuamos a confiar nas altas qualidades do ilustre Secretário de Estado do Comércio. É para nós ponto de fé que, uma vez *convenientemente elucidado,* o ilustre membro do Governo não demorará a solucionar o problema *com escrupulosa justiça.*

Não cremos que, como já se pensou, seja necessário importunar com ele o sr. Ministro da Economia, o sr. Ministro do Interior e o sr. Presidente do Conselho: os Serviços e, sobretudo, o sr. Secretário de Estado do Comércio, *logo que esclarecido* e, se necessário, *liberto da morosidade dos maus funcionários,* fará aos produtores salineiros de Aveiro e da Figueira da Foz a *justiça* que lhes assiste e pela qual todos, ainda que de simples justiça se trate, lhe hão-de ficar muito gratos.

Nunca será de mais repetir que o ilustre membro do Governo, *cuja visita honrosa aos salgados de Aveiro e da Figueira da Foz continuamos a ambicionar,* garante, pela sua reconhecida competência e pelas suas invulgares qualidades, a justa solução do momentoso problema.

Uma Folha de Agenda

Continuação da primeira página

fendem à cotevelada. Com esses argumentos só podem comprometer-se, quando não sujar-lhes a limpidez. Pelo contrário, nada me desalenta mais do que topar com quem vive metido dentro de um esquema, com as fronteiras fechadas a todo o arejamento, cercado de um cordão sanitário que defende o interior de toda a luz de outro quadrante, como quem o defendesse de uma verdadeira poluição.

Adoro a controvérsia quando ela é criticamente conduzida, ao mesmo tempo que a detesto quando ela é balizada de *slogans* hirtos como esteios de granito.

Quando a um argumento se me opõe um preconceito, quando a uma razão se me objecta com uma frase feita que impossibilita o trânsito das ideias, só me fica como possibilidade de refrigério ou o silêncio repousante, ou solilóquio infecundo.

E nestas alturas apetecia-me, realmente, ter uma quinta, não pelos carros de cereal com que enchesse a tulha, não pelos cestos de uvas com que emprenhasse o lagar — mas para lhe aproveitar a companhia calma das árvores que não têm voz, mas que também não dizem asneiras.

Frederico de Moura

Director do Museu

Depois de demorada viagem de estudo por diversos países europeus, como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian, já regressou a esta cidade o ilustre Director do Museu de Aveiro e nosso apreciado colaborador Dr. António Manuel Gonçalves.

Dr. João Couto

Deslocou-se a Aveiro no pretérito sábado o sr. Dr. João Couto, Director do Museu Nacional de Arte Antiga, de Lisboa, que se demorou a visitar as obras no nosso Museu e a Sé.

Pela Capitania

Movimento marítimo

★ Em 16 de Setembro findo, procedente de Setúbal, demandou a barra o galeão a motor *Praia da Saúde,* com 80 toneladas de cimento, e que, depois de descarregado, saiu com destino ao Porto, no dia 19.

★ Em 23, vindo de Lisboa, entrou a barra o navio *Rio Agueda,* com coiros salgados.

★ Em 24, procedente de Setúbal, entrou a barra o galeão a motor *Praia da Saúde,* com 80 toneladas de cimento, e que, uma vez descarregado, seguiu para o Porto, no dia seguinte.

★ Em 27, procedentes de Setúbal e Gronelândia, respectivamente, entraram o rebocador *Foz do Vouga* e o navio bacalhoeiro *Brites,* com 8300 quintais de bacalhau.

★ Em 28, de regresso dos Bancos da Gronelândia, com 19 900 quintais de bacalhau, entrou o navio *Capitão João Vilarinho.*

★ Em 3 de outubro corrente, vindo de Setúbal, entrou o rebocador *Foz do Vouga.*

SERVIÇO DE FARMÁCIAS

Sábado	AVEIRENSE
Domingo	SAÚDE
2.ª feira	OUDINOT
3.ª feira	MOURA
4.ª feira	CENTRAL
5.ª feira	MODERNA
6.ª feira	A L A

SECRET[...]DICIAL
Coma[...]eiro

A[...]
Ar[...]o
2.[...]

No dia [...] *Outubro próximo,* [...] *horas,* no Tribun[...] da Comarca de [...] na acção especial p[...] de coisa comum [...] rre seus termos pe[...]cção do 2.º Juízo da Comarca, que Manue[...]s Rocha, de Ouca, [...]s, move contra Ma[...]s Júnior e mulher, [...]e Nunes da Rocha [...]eiro, proprietários, [...]dente na Rua Mar[...] trinta e oito, na ci[...]io de Janeiro (Bra[...] residente no mesmo [...]e Ouca, será posto [...]aça, pela primeira v[...] ser arrematado a[...]anço oferecido aci[...]lor indicado, o [...] imóvel pertencente [...]mum ao autor e ré[...]

Prédio[...]natar

Um terr[...] foi de pinhal e que [...]oje é em parte, sito [...]ovas do Forno, lim[...] lugar de Ouca, fregu[...] Sosa, do Julgado M[...]e Vagos. Vai à pra[...] valor de QUATRO [...]SCUDOS.

A sisa [...] *cargo do arrematant*[...] *inteiro, ficando o* [...] *arrematante sem* [...] *aos pinheiros e*[...] *no mesmo prédio* [...] *metade do terreno* [...] *usufruto vitalício a* [...] *de Luísa de Jesus,* [...] *José Nunes da Ro*[...]*uca.*

Aveiro, [...] Julho de 1961.

O Chef[...]ecção,
Armando [...] Ferreira
Verifique[...]
O Ju[...]to,
Francisco X[...] Sarmento

Litoral ★ Avei[...] ★ N.º 363

Abertura do Ano Escolar

No Liceu

Na segunda-feira, com uma sessão de trabalhos efectuada pelas 15 horas no ginásio do Liceu, tiveram início os trabalhos escolares do ano lectivo de 1961-1962.

Presidiu o sr. Dr. Orlando de Oliveira, Reitor daquele estabelecimento de ensino, tendo comparecido muitos alunos e seus pais ou encarregados de educação, além de professores.

Por determinação superior, a sessão constou ùnicamente de «uma simples explanação das normas a seguir durante o ano», feita pelo sr. Dr. Orlando de Oliveira. A concluir, foram distribuidos os prémios escolares aos alunos que mais se distinguiram no ano lectivo findo e são os seguintes:

Prémio Governador Civil Nicolau Anastácio Bettencourt — *a António Manuel Andias da Paula (5.º ano), que conseguiu a melhor frequência, com a média geral de 15 valores.* Prémio Dr. Santos Reis — *a Jean Marie Fauconnier (7.º ano), pelas qualidades de carácter de que sempre deu provas.* Prémio da Sociedade dos Antigos Alunos do Liceu de Aveiro — *a Francisco Teixeira Pereira Soares (1.º ano), por ter sido o melhor aluno (16 valores), na disciplina de Português.* Prémio João Carlos — *a João José da Graça Pinguelo (7.º ano), que conseguiu a melhor média geral de todo o Liceu (17 valores).* Prémio Dr. Armando da Cunha Azevedo — *a Carlos José Vasconcelos Aires (2.º ano), que alcançou a melhor classificação na disciplina de Matemática (19 valores).* Prémio Dr. José Pereira Tavares — *a Vítor Manuel de São Marcos Duarte (7.º ano), que foi o aluno melhor classificado na disciplina de Latim (20 valores).*

★ *O Liceu de Aveiro tem, no corrente ano lectivo, uma freqnência de 1 285 alunos (669 rapazes e 616 raparigas).*

A população escolar encontra-se assim distribuida: 1.º Ciclo (1.º e 2.º anos), 561 alunos — 293 rapazes e 268 raparigas; 2.º Ciclo (3.º, 4.º e 5.º anos), 545 alunos — 275 rapazes e 270 raparigas; 3.º Ciclo (6.º e 7.º anos), 179 alunos — 101 rapazes e 78 raparigas.

Na Escola Técnica

A sessão de abertura das aulas na Escola Industrial e Comercial efectuou-se na segunda-feira passada, pelas 10 horas, no que diz respeito aos alunos do Ciclo Preparatório dos cursos diurnos. Para os alunos dos cursos nocturnos do mesmo Ciclo, realizou-se outra sessão, pelas 19.30 horas. A ambas presidiu o sr. Dr. Amadeu Cahim, Director da Escola Técnica de Aveiro, que saudou os alunos e os incitou a cumprirem com os seus deveres escolares.

Usaram ainda da palavra os professores Rev.º Padre António Augusto de Oliveira, Dr. José Carlos Ribeiro, Director dos Cursos Comerciais, e Dr. Manuel Marques Damas, Director dos Cursos Industriais.

★ *Na Escola Industrial e Comercial, cujo Corpo Docente Inclui 48 professores e 17 mestres, matricularam-se 1 530 alunos, distribuidos pelos seguintes cursos:*

Cursos diurnos

Ciclo Preparatório, 508; Curso Geral de Comércio, 210; Curso de Formação Feminina, 97; Cursos Industriais, 155; Secção Preparatória para os Institutos Comerciais, 21.

Cursos nocturnos

Curso Geral do Comércio, 251; Cursos Industriais, 288.

No Externato de S. Tomás de Aquino

Também na segunda-feira, pelas 9 horas, iniciou-se o ano lectivo do Externato S. Tomás de Aquino, que este ano será dirigido pelo Rev.º Padre Altino da Cruz Almeida.

Presidiu à sessão inaugural o sr. D. Domingos da Apresentação Fernandes, Bispo de Aveiro, tendo assistido professores e alunos, com seus pais.

Usaram da palavra o sr. Dr. Fernando Garcia, que deixa a Direcção daquele estabelecimento de ensino por se retirar de Aveiro, e o Prelado da Diocese, que exortou os alunos a aplicarem-se ao estudo e fez algumas considerações sobre a missão do Externato.

Aveiro na Rádio

A partir de amanhã, e em todos os domingos seguintes, depois das 17.10 horas, na programação do emissor de Miramar do Rádio Clube Português, a Só-Rádio incluirá um período especial dedicado a Aveiro.

Conservatório Regional de Aveiro

★ Os alunos que se inscreveram no Curso de Francês, regido por professores do Instituto Francês do Porto, devem comparecer no Conservatório (edifício do Liceu), na próxima quarta-feira, dia 11 do corrente, às 18.30 horas, para serem distribuídos pelas diferentes classes e informados dos respectivos horários.

Deverão apresentar-se munidos do material necessário para prestarem uma pequena prova escrita.

★ Igualmente devem comparecer nos dias e horas a seguir indicadas os alunos inscritos nas diferentes disciplinas musicais:

No dia 9, às 16 horas, os alunos de Solfejo, Ballet e Iniciação Musical; ainda no mesmo dia, mas às 17 horas, os alunos de Italiano.

No dia 10, às 10 horas, os alunos de História da Música; às 11, os alunos de Violino e instrumentos de sopro; e, às 17, os alunos de Canto Coral.

Exposição de Augusto Sereno

De amanhã até o dia 22 de Outubro corrente, Augusto Sereno vai expor no salão de festas do Teatro Aveirense, diversos trabalhos de pintura, gravura, pastel, desenho e escultura de sua autoria.

Pelo Liceu

Por proposta do sr. Dr. Assis Maia, aprovada por aclamação, o Conselho Disciplinar do Liceu de Aveiro deliberou exarar na acta da sessão de segunda-feira passada, um voto de congratulação pelo facto de o antigo aluno sr. Dr. Mário Duarte ter sido colocado no México, como Embaixador de Portugal.

Sobre as vendas de pescado na Lota de Aveiro

Conclusão da terceira página

dores julgam que o lanço descoberto é pertença de qualquer comprador em pequena escala, e deixam que a entrega se efectue pelo lanço em pregão, para depois verificarem que pertencia ao próprio vendedor-comprador ou a outro dos maiores, que leva o peixe todo por aquele preço.

Fàcilmente se deduz que, se os outros compradores em grande escala fossem conhecedores do comprador ofertante, o preço do peixe mais subiria, pois era do seu conhecimento de que aquele o poderia adquirir na totalidade e o deixaria sem peixe para satisfação dos seus compromissos.

Neste caso, claro: não resultam quaisquer aumentos de lanço, nem fica favorecida a Fazenda Nacional!

Mas, para que não tenhamos de fazer a citação de mais factos prejudiciais que podem resultar desta prática,

> não será a venda em lota uma venda pública, em que todos têm o direito de saber quem cobre os lanços, enfim, quem compra o peixe? Alguma vez se viu, nas vendas em hasta pública, promovidas pela Fazenda Nacional ou pelos tribunais, cobrir lanços piscando os olhos, como se o vendedor fosse pessoa que se pretende «namorar»?

E por que será que se admite que a proibição desta prática

> «poderá afastar da lota alguns compradores que usam estes processos, para não serem descobertos por outros concorrentes»?

Não é, certamente, porque esta proibição lhe facultaria a aquisição do peixe por mais baixo preço!

> Admite-se igualmente não ser possível que os vendedores compradores finjam não ver o sinal de outro qualquer comprador, e entreguem o peixe a eles próprios, com manifesto prejuízo para os restantes compradores, para os pescadores e para o Estado, porque, «como a última oferta (lanço) é sempre repetida pelo vendedor em voz bem perceptível e até arrastada para controle de fiscalização é desprovida de fundamento tal argumentação, pois qualquer outro comprador poderá ainda cobrir o lanço do vendedor-comprador».

Apesar de, muitas vezes, não ser o lanço repetido mais «picadamente» como é tradicional, admitimos que, efectivamente, sempre assim sucede.

Temos assistido, no entanto, a um sem número de casos em que o vendedor-comprador entrega o peixe a ele mesmo, ou então a qualquer outro comprador, quando o lanço de cobertura final pertence a uma outra pessoa, ou que, pelo menos, de tal está convencido.

Desta prática têm resultado discussões frequentes — infelizmente já tão peculiares dos frequentadores da Lota — e porquê? Precisamente porque, não sendo os lanços ditos em voz alta,

> *a) — o vendedor pode não estar a olhar para o lado onde está um determinado candidato à compra, e, consequentemente, não vê ou não quer ver um lanço em oferta; ou*
>
> *b) — pode haver duas ou mais pessoas a comprar num mesmo lado; fazerem o sinal ao mesmo tempo, e estarem todas convencidas de que o lanço lhes pertence.*

Que casos destes se verificaram, sòmente pode contestar quem deles não tem conhecimento. Mas nós, que os apontamos, conhecêmo-los e podemos comprová-los.

> Admite-se, mas igualmente contestamos, que os lanços supostos apregoados pelos vendedores-compradores, no sentido de elevar o preço do peixe a outros compradores, cujas necessidades de compra são do seu conhecimento e com o intuito de obrigar os clientes destes à aquisição de peixe mais caro, para, nos diversos mercados, não poderem competir com os clientes por si fornecidos, com peixe igual, e por preço inferior, «desde que não tenham o fim de lesar a Fazenda Nacional, constituem processos correntes de comerciar»...

Não admitimos nem podemos admitir que esta prática seja considerada honesta, pois se traduz no que popularmente se chama «aldrabice», feita no intuito de lesar terceiros.

Fôssemos nós comerciantes, e não admitiríamos também que tal sistema se considerasse como «processo corrente de comerciar», pois que, felizmente, há ainda no comércio em geral quem repudie e ponha à margem este pretenso «processo corrente»...

> Não se concorda com a sugestão, que então apresentámos, para que o peixe fosse aleiloado de cima para baixo, à semelhança da prática das praias do Sul, porque «quando por acaso o chui (ordem de parar) é proferido ao mesmo tempo por vários compradores, pode prestar-se a confusões, com os inevitáveis inconvenientes da alteração da boa ordem da lota».

Concordamos que pode, efectivamente, prestar-se a confusões a prática que sugerimos, mas que, no entanto, julgamos ainda preferível a prática do «piscar de olhos», que tantas e tantas confusões tem provocado na nossa Lota.

Admitindo, contudo, que qualquer uma destas práticas é susceptível de criar confusões, parece-nos que a obrigatoriedade de cobrir os lanços em voz alta, até por ser legal, por ser audível e até mais visível, seria a mais aconselhável.

A ser levada à recta, quase bastaria para pôr termo a todas as reclamações justas que nestas considerações se contêm.

No seu número 291, de 21 de Maio de 1960, também o Litoral *publicou uma carta do sr. João de Lemos, Presidente do Conselho da Gerência da Sofrio — Sociedade dos Frigoríficos de Aveiro, L.da —, na qual o mesmo senhor dava a sua completa adesão às «considerações que a propósito da venda do pescado em Aveiro» haviam sido publicadas em 7 daquele mesmo mês.*

Escreve naquela carta o sr. João de Lemos, pessoa que aliás tivemos já o prazer de conhecer e com quem trocámos ligeiras impressões sobre o mesmo assunto,

> «que não fazia sentido que na qualidade de Presidente do Conselho da Gerência da Sofrio, deixasse passar sem reparo as referências que a esses serviços são feitas pelo sr. Rui Campos. (Sic). Reparo este que apenas visa apoiar inteiramente as considerações do articulista e certificar que a Sofrio — Sociedade dos Frigoríficos de Aveiro L.ª — na sua qualidade de concessionária da exploração do referido porto de pesca, envidará os seus melhores esforços no sentido de dar satisfação a todas as justas reclamações e a melhorar, na medida das suas possibilidades, as operações da vendagem e comércio do peixe nesta cidade».

Da referida conversa que tivemos com o sr. João de Lemos, e ainda da parte restante do texto da sua carta que nos dispensamos de transcrever, ficámos inteiramente convencidos da sua concordância com a totalidade das nossas «considerações», e muito principalmente, na parte que se refere às vendagens operadas por intermédio dos vendedores-compradores e da cobertura dos lanços com o simples piscar de olhos.

> Efectivamente, as vendagens do peixe do alto, hoje a cargo da «Sofrio», vêm sendo feitas por um competente funcionário-vendedor, sem quaisquer interesses na parte comercial do pescado — o que evita a maior parte das irregularidades que então transcrevemos. No entanto, são igualmente aceites no recinto da venda do pescado do alto os lanços por «piscar de olhos» o que, salvo o devido respeito, contraria a opinião primeira do Presidente do Conselho da Gerência daquela Sociedade.

Temos a certeza de que as entidades a quem cumpre regulamentar as vendagens do pescado na Lota de Aveiro promoverão o necessário estudo para acabar, de uma vez para sempre, com as práticas que dão aso a estas irregularidades, e também farão o que estiver ao seu alcance para se exercer uma mais eficaz fiscalização, de modo a evitar deploráveis sistemas que muito têm contribuído para prejudicar os armadores e pescadores, e que poderão, consequentemente, contribuir também para uma eventual diminuição do movimento de barcos na progressiva Lota de Aveiro.

Rui Campos

O momentoso problema do preço do sal

Em notícia da Figueira da Foz, o *Diário Popular* do dia 3 do corrente abordou o momentoso problema do preço do sal nos seguintes termos:

Estão em situação confrangedora os produtores dos salgados da Figueira da Foz e de Aveiro, onde vivem em regime de parceria, desde tempos imemoriais, os proprietários das marinhas e os seus marnoteiros.

São estes os únicos salgados estruturados corporativamente, de entre os demais do País, que até hoje não atingiram a situação prevista no decreto 38 909, de 12 de Setembro de 1952.

O organismo responsável, que tem elementos de estudo e informações, encarregado oficialmente, por despacho de 6 de Novembro de 1960, da reorganização do comércio do sal, deixou expirar o prazo, mantendo-se em cruel indiferença.

O sal que os grossistas adquirem na secção diferenciada da salicultura dos Grémios da Lavoura nortenhos, ao preço de 240$00 a tonelada, é vendido ao consumidor, nos próprios centros da produção, a 600$00, 700$00, 800$00 e, até, 1 000$00!

Um aumento de pelo menos 60$00 em tonelada, que os produtores conclamam e pedem com instância ao Ministério da Economia, comporta-se na margem dos lucros dos intermediários, sem alteração do preço de venda ao público.

É um aumento tão naturalmente indicado que, na Figueira da Foz, comerciantes já o têm pago nas marinhas, entregando no Grémio da Lavoura o preço tabelado de 240$00 e ao produtor o preço extra de 60$00.

Também tem sido levantado sal das marinhas ao preço de 300$00 ilicitamente, sem as respectivas ordens-facturas passadas pelo Grémio, factos que são do conhecimento da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos.

Isto é rigorosamente exacto e vem confirmar, em absoluto, tudo o que no *Litoral* se tem publicado sobre a matéria.

O preço do sal fino dos salgados de Aveiro e da Figueira da Foz, fixado, em 1953, em *200$00 por tonelada,* deixou há muito de ser compensador do capital investido nas marinhas e do trabalho dos marnotos.

De então para cá aumentaram consideràvelmente os encargos da produção, sucederam-se as safras deficitárias (só a de 1957 foi excepcionalmente vultuosa), multiplicaram-se os estragos nas marinhas, provocados por temporais e por invernos rigorosos, e agravou-se o custo da vida. O preço de 200$00 por tonelada, determinado com base no custo da produção e em atenção à média dos resultados das safras, logo passou a ser *injusto* e, em alguns casos, como em 1956, em 1958 e em 1960, *ruinoso.*

Em 15 de Julho de 1957, em vista da exiguidade da safra anterior (12 000 toneladas) e na incerteza da produção daquele ano, os Serviços fixaram o preço do sal em *280$00 por tonelada;* mas logo que a produção desse ano se mostrou prometedora (produziram-se, então, 78 472 toneladas), suspendeu-se o aumento (este rendeu 152 000$00, *que pertencem aos produtores salineiros,* só um tendo recebido 3 000$00 e havendo a Comissão Reguladora chamado para os seus fundos os 149 000$00 restantes!), e o preço do sal voltou a ser... de *200$00 por tonelada!*

Continuou a aumentar o custo da produção; continuaram os estragos nas marinhas; continuou a agravar-se o custo da vida; e as safras continuaram a ser exíguas, muito inferiores à média de 54 000 toneladas que serviu de base à fixação do preço em 1953: em 1958, produziram-se 43 000 toneladas; em 1959, produziram-se 53 000 toneladas: em 1960, produziram-se 44 000 toneladas; e a produção de 1961 está calculada, como resulta dos apuramentos já feitos, em 52 000 toneladas.

Pois tendo-se fixado em 15 de Julho de 1957 o preço em *280$00 por tonelada,* em 1960, quando o custo da produção era muito superior, quando o custo da vida ainda mais havia aumentado, e tendo sido as safras, a partir de 1958, muito mais exíguas, a Comissão Reguladora propôs um simples aumento de 40$00 por tonelada sobre o preço primitivo e este foi o fixado por despacho de 8 de Novembro de 1960: o preço do sal passou a ser de *240$00 por tonelada!*

Mas nem a produção salineira aproveitou completamente deste *tardio* e *irrisório* aumento: quando o despacho entrou em vigor, tinha-se já escoado muito sal da safra de 1960, daí resultando que só uma parte da produção beneficiou do aumento; e a Comissão Reguladora, até hoje, ainda não compensou os produtores salineiros do grave prejuizo que lhes causou com a *propositada* demora da solução, *há muito reclamada,* de um problema de cristalina transparência!

Pondere-se agora o seguinte: desde 1956, pelo menos, se impunha, como *acto de elementar justiça,* o reajustamento do preço do sal; desde então, deveria ele ter sido fixado, pelo menos, em 300$00 por tonelada, segundo os cálculos *conscienciosamente* feitos e oportunamente fornecidos. Ora, de 1956 a 1960, produziram-se no Salgado de Aveiro precisamente 230 472 toneladas de sal: isto significa que da teimosia dos Serviços em não proceder *com escrupulosa justiça* à actualização do preço do sal resultou já para a economia da região *um prejuízo muito superior a 23 mil contos!*

Porquê este desprezo pelos *direitos incontestáveis* dos produtores salineiros de Aveiro — e também da Figueira da Foz — precisamente aqueles a quem se deve a organização corporativa desta importante e característica actividade e os que mais esforçadamente têm procurado o seu aperfeiçoamento?

Porquê obrigar a produção salineira dos salgados nortenhos a vender pelo preço, nada compensador, de *240$00 por tonelada* o sal que os consumidores, nos próprios centros de produção, pagam por preços que vão desde *400$00* e *500$00,* em alguns raros casos, ou de *600$00, 700$00* e *800$00,* mais geralmente, até *1 000$00 por tonelada,* quando não ultrapassam esta importância?

Porquê deixar na chusma injustificável dos intermediários o que *legitimamente* pertence à produção — e que, de resto, pode dar-se-lhe *sem qualquer gravâme* e até *com benefício* para o consumo? Por que motivo, como se recorda na notícia publicada no *Diário Popular,* não reorganizaram os Serviços o comércio do sal que, conforme lhes foi determinado, deviam ter reorganizado até 31 de Dezembro de 1960?

O problema foi repetidamente posto *com verdade* e *com clareza,* e a sua solução não oferece quaisquer dificuldades: basta aumentar, a título provisório, como se fez o ano passado, o preço do sal fino dos salgados de Aveiro e da Figueira da Foz para *300$00 por tonelada,* pelo menos, e cuidar depois da reorganização da produção e do comércio desta importantíssima actividade.

Mas é de notar que o aumento, tão *insistentemente* e tão *justamente* solicitado, será já tardio, por levantadas das eiras, pelo menos em Aveiro, grandes quantidades de sal, que nunca o deveriam ter sido antes do reajustamento dos preços!

Como não compreender o *descontentamento* dos milhares de pessoas que, em Aveiro e na Figueira da Foz, vivem, directa ou indirectamente, da actividade salineira? E como não compreender os inconvenientes de ordem *política,* de ordem *económica* e de ordem *social* que a flagrante injustiça tem acarretado e cujas consequências podem tornar-se ainda mais deploráveis?

Submetemos estes dados à consideração dos Serviços e continuamos a confiar nas altas qualidades do ilustre Secretário de Estado do Comércio. É para nós ponto de fé que, uma vez *convenientemente elucidado,* o ilustre membro do Governo não demorará a solucionar o problema *com escrupulosa justiça.*

Não cremos que, como já se pensou, seja necessário importunar com ele o sr. Ministro da Economia, o sr. Ministro do Interior e o sr. Presidente do Conselho: os Serviços e, sobretudo, o sr. Secretário de Estado do Comércio, *logo que esclarecido* e, se necessário, *liberto da morosidade dos maus funcionários,* fará aos produtores salineiros de Aveiro e da Figueira da Foz a *justiça* que lhes assiste e pela qual todos, ainda que de simples justiça se trate, lhe hão-de ficar muito gratos.

Nunca será de mais repetir que o ilustre membro do Governo, *cuja visita honrosa aos salgados de Aveiro e da Figueira da Foz continuamos a ambicionar,* garante, pela sua reconhecida competência e pelas suas invulgares qualidades, a justa solução do momentoso problema.

Uma Folha de Agenda

Continuação da primeira página

fendem à cotevelada. Com esses argumentos só podem comprometer-se, quando não sujar-lhes a limpidez. Pelo contrário, nada me desolenta mais do que topar com quem vive metido dentro de um esquema, com as fronteiras fechadas a todo o arejamento, cercado de um cordão sanitário que defende o interior de toda a luz de outro quadrante, como quem o defendesse de uma verdadeira poluição.

Adoro a controvérsia quando ela é criticamente conduzida, ao mesmo tempo que a detesto quando ela é balizada de *slogans* hirtos como esteios de granito.

Quando a um argumento se me opõe um preconceito, quando a uma razão se me objecta com uma frase feita que impossibilita o trânsito das ideias, só me fica como possibilidade de refrigério ou o silêncio repousante, ou sililóquio infecundo.

E nestas alturas apetecia-me, realmente, ter uma quinta, não pelos carros de cereal com que enchesse a tulha, não pelos cestos de uvas com que emprenhasse o lagar — mas para lhe aproveitar a companhia calma das árvores que não têm voz, mas que também não dizem asneiras.

Frederico de Moura

Director do Museu

Depois de demorada viagem de estudo por diversos países europeus, como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian, já regressou a esta cidade o ilustre Director do Museu de Aveiro e nosso apreciado colaborador Dr. António Manuel Gonçalves.

Dr. João Couto

Deslocou-se a Aveiro no pretérito sábado o sr. Dr. João Couto, Director do Museu Nacional de Arte Antiga, de Lisboa, que se demorou a visitar as obras no nosso Museu e a Sé.

Pela Capitania

Movimento marítimo

★ Em 16 de Setembro findo, procedente de Setúbal, demandou a barra o galeão a motor *Praia da Saúde*, com 80 toneladas de cimento, e que, depois de descarregado, saiu com destino ao Porto, no dia 19.

★ Em 23, vindo de Lisboa, entrou a barra o navio *Rio Agueda*, com coiros salgados.

★ Em 24, procedente de Setúbal, entrou a barra o galeão a motor *Praia da Saúde*, com 80 toneladas de cimento, e que, uma vez descarregado, seguiu para o Porto, no dia seguinte.

★ Em 27, procedentes de Setúbal e Gronelândia, respectivamente, entraram o rebocador *Foz do Vouga* e o navio bacalhoeiro *Brites*, com 8300 quintais de bacalhau.

★ Em 28, de regresso dos Bancos da Gronelândia, com 19 900 quintais de bacalhau, entrou o navio *Capitão João Vilarinho*.

★ Em 3 de outubro corrente, vindo de Setúbal, entrou o rebocador *Foz do Vouga*.

SERVIÇO DE FARMÁCIAS

Sábado	AVEIRENSE
Domingo	SAÚDE
2.ª feira	OUDINOT
3.ª feira	MOURA
4.ª feira	CENTRAL
5.ª feira	MODERNA
6.ª feira	ALA

SECRET... DICIAL

Com... eiro

A...

Ar... o

2...

No di... Outubro próximo, ... horas, no Tribun... da Comarca de ... na acção especial p... o de coisa comum ... rre seus termos pe... cção do 2.º Juízo d... Comarca, que Manue... s Rocha, de Ouca, ... s, move contra M... s Júnior e mulher, ... e Nunes da Rocha ... iro, proprietários, ... dente na Rua Mar... trinta e oito, na ci... io de Janeiro (Bra... residente no mesm... le Ouca, será post... aça, pela primeira ... r ser arrematado a... anço oferecido aci... lor indicado, o ... imóvel pertencente ... mum ao autor e ré...

Prédio ... natar

Um ter... foi de pinhal e que ... oje é em parte, sito ... Covas do Forno, lim... lugar de Ouca, freg... Sosa, do Julgado M... le Vagos. Vai à pr... valor de QUATRO ... SCUDOS.

A sisa ... cargo do arrematant... inteiro, ficando o ... arrematante sem ... aos pinheiros e... no mesmo prédio ... metade do terreno ... usufruto vitalício a ... de Luísa de Jesus, ... José Nunes da Ro... luca.

Aveiro, ... Julho de 1961.

O Che... ecção,

Armando ... Ferreira

Verifique...

O Ju... to,

Francisco X... is Sarmento

Litoral ★ Aveir... ★ N.º 363

Abertura do Ano Escolar

No Liceu

Na segunda-feira, com uma sessão de trabalhos efectuada pelas 15 horas no ginásio do Liceu, tiveram início os trabalhos escolares do ano lectivo de 1961-1962.

Presidiu o sr. Dr. Orlando de Oliveira, Reitor daquele estabelecimento de ensino, tendo comparecido muitos alunos e seus pais ou encarregados de educação, além de professores.

Por determinação superior, a sessão constou ùnicamente de «uma simples explanação das normas a seguir durante o ano», feita pelo sr. Dr. Orlando de Oliveira. A concluir, foram distribuidos os prémios escolares aos alunos que mais se distinguiram no ano lectivo findo e são os seguintes:

Prémio Governador Civil Nicolau Anastácio Bettencourt — *a António Manuel Andias da Paula (5.º ano), que conseguiu a melhor frequência, com a média geral de 15 valores.* Prémio Dr. Santos Reis — *a Jean Marie Fauconnier (7.º ano), pelas qualidades de carácter de que sempre deu provas.* Prémio da Sociedade dos Antigos Alunos do Liceu de Aveiro — *a Francisco Teixeira Pereira Soares (1.º ano), por ter sido o melhor aluno (16 valores), na disciplina de Português.* Prémio João Carlos — *a João José da Graça Pinguelo (7.º ano), que conseguiu a melhor média geral de todo o Liceu (17 valores).* Prémio Dr. Armando da Cunha Azevedo — *a Carlos José Vasconcelos Aires (2.º ano), que alcançou a melhor classificação na disciplina de Matemática (19 valores).* Prémio Dr. José Pereira Tavares — *a Vítor Manuel de São Marcos Duarte (7.º ano), que foi o aluno melhor classificado na disciplina de Latim (20 valores).*

★ *O Liceu de Aveiro tem, no corrente ano lectivo, uma frequência de 1 285 alunos (669 rapazes e 616 raparigas).*

A população escolar encontra-se assim distribuida: 1.º Ciclo (1.º e 2.º anos), 561 alunos — 293 rapazes e 268 raparigas; 2.º Ciclo (3.º, 4.º e 5.º anos), 545 alunos — 275 rapazes e 270 raparigas; 3.º Ciclo (6.º e 7.º anos), 179 alunos — 101 rapazes e 78 raparigas.

Na Escola Técnica

A sessão de abertura das aulas na Escola Industrial e Comercial efectuou-se na segunda-feira passada, pelas 10 horas, no que diz respeito aos alunos do Ciclo Preparatório dos cursos diurnos. Para os alunos dos cursos nocturnos do mesmo Ciclo, realizou-se outra sessão, pelas 19.30 horas. A ambas presidiu o sr. Dr. Amadeu Cahim, Director da Escola Técnica de Aveiro, que saudou os alunos e os incitou a cumprirem com os seus deveres escolares.

Usaram ainda da palavra os professores Rev.º Padre António Augusto de Oliveira, Dr. José Carlos Ribeiro, Director dos Cursos Comerciais, e Dr. Manuel Marques Damas, Director dos Cursos Industriais.

★ *Na Escola Industrial e Comercial, cujo Corpo Docente inclui 48 professores e 17 mestres, matricularam-se 1 530 alunos, distribuidos pelos seguintes cursos:*

Cursos diurnos

Ciclo Preparatório, 508; Curso Geral de Comércio, 210; Curso de Formação Feminina, 97; Cursos Industriais, 155; Secção Preparatória para os Institutos Comerciais, 21.

Cursos nocturnos

Curso Geral do Comércio, 251; Cursos Industriais, 288.

No Externato de S. Tomás de Aquino

Também na segunda-feira, pelas 9 horas, iniciou-se o ano lectivo do Externato S. Tomás de Aquino, que este ano será dirigido pelo Rev.º Padre Altino da Cruz Almeida.

Presidiu à sessão inaugural o sr. D. Domingos da Apresentação Fernandes, Bispo de Aveiro, tendo assistido professores e alunos, com seus pais.

Usaram da palavra o sr. Dr. Fernando Garcia, que deixa a Direcção daquele estabelecimento de ensino por se retirar de Aveiro, e o Prelado da Diocese, que exertou os alunos a aplicarem-se ao estudo e fez algumas considerações sobre a missão do Externato.

Aveiro na Rádio

A partir de amanhã, e em todos os domingos seguintes, depois das 17.10 horas, na programação do emissor de Miramar do Rádio Clube Português, a Só-Rádio incluirá um período especial dedicado a Aveiro.

Conservatório Regional de Aveiro

★ Os alunos que se inscreveram no Curso de Francês, regido por professores do Instituto Francês do Porto, devem comparecer no Conservatório (edifício do Liceu), na próxima quarta-feira, dia 11 do corrente, às 18.30 horas, para serem distribuídos pelas diferentes classes e informados dos respectivos horários.

Deverão apresentar-se munidos do material necessário para prestarem uma pequena prova escrita.

★ Igualmente devem comparecer nos dias e horas a seguir indicadas os alunos inscritos nas diferentes disciplinas musicais:

No dia 9, às 16 horas, os alunos de Solfejo, Ballet e Iniciação Musical; ainda no mesmo dia, mas às 17 horas, os alunos de Italiano.

No dia 10, às 10 horas, os alunos de História da Música; às 11, os alunos de Violino e instrumentos de sopro; e, às 17, os alunos de Canto Coral.

Exposição de Augusto Sereno

De amanhã até o dia 22 de Outubro corrente, Augusto Sereno vai expor no salão de festas do Teatro Aveirense, diversos trabalhos de pintura, gravura, pastel, desenho e escultura de sua autoria.

Pelo Liceu

Por proposta do sr. Dr. Assis Maia, aprovada por aclamação, o Conselho Disciplinar do Liceu de Aveiro deliberou exarar na acta da sessão de segunda-feira passada, um voto de congratulação pelo facto de o antigo aluno sr. Dr. Mário Duarte ter sido colocado no México, como Embaixador de Portugal.

Sobre as vendas de pescado na Lota de Aveiro

Conclusão da terceira página

dores julgam que o lanço descoberto é pertença de qualquer comprador em pequena escala, e deixam que a entrega se efectue pelo lanço em pregão, para depois verificarem que pertencia ao próprio vendedor-comprador ou a outro dos maiores, que leva o peixe todo por aquele preço.

Fàcilmente se deduz que, se os outros compradores em grande escala fossem conhecedores do comprador ofertante, o preço do peixe mais subiria, pois era do seu conhecimento de que aquele o poderia adquirir na totalidade e o deixaria sem peixe para satisfação dos seus compromissos.

Neste caso, claro: não resultam quaisquer aumentos de lanço, nem fica favorecida a Fazenda Nacional!

Mas, para que não tenhamos de fazer a citação de mais factos prejudiciais que podem resultar desta prática,

> não será a venda em lota uma venda pública, em que todos têm o direito de saber quem cobre os lanços, enfim, quem compra o peixe? Alguma vez se viu, nas vendas em hasta pública, promovidas pela Fazenda Nacional ou pelos tribunais, cobrir lanços piscando os olhos, como se o vendedor fosse pessoa que se pretende «namorar»?

E por que será que se admite que a proibição desta prática

> «poderá afastar da lota alguns compradores que usam estes processos, para não serem descobertos por outros concorrentes»?

Não é, certamente, porque esta proibição lhe facultaria a aquisição do peixe por mais baixo preço!

> Admite-se igualmente não ser possível que os vendedores compradores finjam não ver o sinal de outro qualquer comprador, e entreguem o peixe a eles próprios, com manifesto prejuízo para os restantes compradores, para os pescadores e para o Estado, porque, «como a última oferta (lanço) é sempre repetida pelo vendedor em voz bem perceptível e até arrastada para controle de fiscalização é desprovida de fundamento tal argumentação, pois qualquer outro comprador poderá ainda cobrir o lanço do vendedor-comprador».

Apesar de, muitas vezes, não ser o lanço repetido mais «picadamente» como é tradicional, admitimos que, efectivamente, sempre assim sucede.

Temos assistido, no entanto, a um sem número de casos em que o vendedor-comprador entrega o peixe a ele mesmo, ou então a qualquer outro comprador, quando o lanço de cobertura final pertence a uma outra pessoa, ou que, pelo menos, de tal está convencida.

Desta prática têm resultado discussões frequentes — infelizmente já tão peculiares dos frequentadores da Lota — e porquê? Precisamente porque, não sendo os lanços ditos em voz alta,

> a) — o vendedor pode não estar a olhar para o lado onde está um determinado candidato à compra, e, consequentemente, não vê ou não quer ver um lanço em oferta; ou
>
> b) — pode haver duas ou mais pessoas a comprar num mesmo lado; fazerem o sinal ao mesmo tempo, e estarem todas convencidas de que o lanço lhes pertence.

Que casos destes se verificaram, sòmente pode contestar quem deles não tem conhecimento. Mas nós, que os apontamos, conhecêmo-los e podemos comprová-los.

> Admite-se, mas igualmente contestamos, que os lanços supostos apregoados pelos vendedores-compradores, no sentido de elevar o preço do peixe a outros compradores, cujas necessidades de compra são do seu conhecimento e com o intuito de obrigar os clientes destes à aquisição de peixe mais caro, para, nos diversos mercados, não poderem competir com os clientes por si fornecidos, com peixe igual, e por preço inferior, «desde que não tenham o fim de lesar a Fazenda Nacional, constituem processos correntes de comerciar»...

Não admitimos nem podemos admitir que esta prática seja considerada honesta, pois se traduz no que popularmente se chama «aldrabice», feita no intuito de lesar terceiros.

Fôssemos nós comerciantes, e não admitiríamos também que tal sistema se considerasse como «processo corrente de comerciar», pois que, felizmente, há ainda no comércio em geral quem repudie e ponha à margem este pretenso «processo corrente»...

> Não se concorda concorda com a sugestão, que então apresentámos, para que o peixe fosse aleiloado de cima para baixo, à semelhança da prática das praias do Sul, porque «quando por acaso o chui (ordem de parar) é proferido ao mesmo tempo por vários compradores, pode prestar-se a confusões, com os inevitáveis inconvenientes da alteração da boa ordem da lota».

Concordamos que pode, efectivamente, prestar-se a confusões a prática que sugerimos, mas que, no entanto, julgamos ainda preferível a prática do «piscar de olhos», que tantas e tantas confusões tem provocado na nossa Lota.

Admitindo, contudo, que qualquer uma destas práticas é susceptível de criar confusões, parece-nos que a obrigatoriedade de cobrir os lanços em voz alta, até por ser legal, por ser audível e até mais visível, seria a mais aconselhável.

A ser levada à recta, quase bastaria para pôr termo a todas as reclamações justas que nestas considerações se contêm.

No seu número 291, de 21 de Maio de 1960, também o Litoral *publicou uma carta do sr. João de Lemos, Presidente do Conselho da Gerência da Sofrio — Sociedade dos Frigoríficos de Aveiro, L.da —, na qual o mesmo senhor dava a sua completa adesão às «considerações que a propósito da venda do pescado em Aveiro» haviam sido publicadas em 7 daquele mesmo mês.*

Escreve naquela carta o sr. João de Lemos, pessoa que aliás tivemos já o prazer de conhecer e com quem trocámos ligeiras impressões sobre o mesmo assunto,

> «que não fazia sentido que na qualidade de Presidente do Conselho da Gerência da Sofrio, deixasse passar sem reparo as referências que a esses serviços são feitas pelo sr. Rui Campos. (Sic). Reparo este que apenas visa apoiar inteiramente as considerações do articulista e certificar que a Sofrio — Sociedade dos Frigoríficos de Aveiro L.ª — na sua qualidade de concessionária da exploração do referido porto de pesca, envidará os seus melhores esforços no sentido de dar satisfação a todas as justas reclamações e a melhorar, na medida das suas possibilidades, as operações da vendagem e comércio do peixe nesta cidade».

Da referida conversa que tivemos com o sr. João de Lemos, e ainda da parte restante do texto da sua carta que nos dispensamos de transcrever, ficámos inteiramente convencidos da sua concordância com a totalidade das nossas «considerações», e muito principalmente, na parte que se refere às vendagens operadas por intermédio dos vendedores-compradores e da cobertura dos lanços com o simples piscar de olhos.

> Efectivamente, as vendagens do peixe do alto, hoje a cargo da «Sofrio», vêm sendo feitas por um competente funcionário-vendedor, sem quaisquer interesses na parte comercial do pescado — o que evita a maior parte das irregularidades que então transcrevemos. No entanto, são igualmente aceites no recinto da venda do pescado do alto os lanços por «piscar de olhos» o que, salvo o devido respeito, contraria a opinião primeira do Presidente do Conselho da Gerência daquela Sociedade.

Temos a certeza de que as entidades a quem cumpre regulamentar as vendagens do pescado na Lota de Aveiro promoverão o necessário estudo para acabar, de uma vez para sempre, com as práticas que dão aso a estas irregularidades, e também farão o que estiver ao seu alcance para se exercer uma mais eficaz fiscalização, de modo a evitar deploráveis sistemas que muito têm contribuído para prejudicar os armadores e pescadores, e que poderão, consequentemente, contribuir também para uma eventual diminuição do movimento de barcos na progressiva Lota de Aveiro.

Rui Campos

FUTEBOL

Continuação da última página

Atlético—Beira-Mar

ração e de remate, que se encontra na base das vitórias em futebol.

O futebol dos negro-amarelos, agradável e bem esquematizado, pecou por alguma lentidão (falha que virá a resolver-se quando a turma adquirir o andamento que caracteriza a I Divisão) e por falta de intencionalidade. Neste último ponto, para além dos esforços — constantes e muito abnegados — do dianteiro-centro Diego, notou-se que foi o médio Marçal o mais positivo dos jogadores de Aveiro.

★

Logo de início, iam decorridos 6 minutos de jogo e o desafio estava a disputar-se taco a taco, com ataques alternados de ambos os grupos, o *stopper* lisboeta Orlando rasteirou Azevedo, dentro da grande área, incorrendo em flagrantíssimo *penalty*. O beiramarense tinha-se isolado, encontrando-se sòmente com o guarda-redes Pinho na sua frente...

O árbitro não assinalou qualquer castigo: foi um erro palmar, que prejudicou notòriamente os homens da turma de Aveiro!

Depois, aproveitando bem as facilidades que em certo momento os beiramarenses lhe concederam, o Atlético adiantou-se, conseguindo 2-0.

Reagiu prontamente o Beira-Mar, que criou diversas situações de golo possível — todas desaproveitadas. No entanto, e perto do intervalo, Marçal conseguiu reduzir a desvantagem, com um golo que veio trazer novos alentos aos aveirenses.

★

No segundo período, os defensores beiramarenses subiram a olhos vistos, marcando de perto os dianteiros contrários. E a partida passou a ganhar novos motivos de interesse, pois adivinhava-se que o Beira-Mar podia chegar à igualdade.

Os aveirenses, nessa altura, foram infelizes. Pouco decididos na finalização, perderam alguns lances, então por culpa própria; mas, aos 28 m., autêntica *mala-pata* perseguiu os beiramarenses — dado que a bola, impelida por Chaves, na recarga de um primeiro remate de Diego, foi embater na madeira do poste das balizas do Atlético! Mal refeitos do calafrio, num contra-ataque, os visitados passaram o *score* para 3-1!...

Mercê do notável *hat-trick* de Carlos Gomes — proeza sempre de elogiar —, a turma da capital transitou da inquietação para o sossego... E o jogo ficou resolvido, com os dois grupos conformados com as respectivas sortes...

★

Nomes em evidência, no Atlético: Carlos Gomes, Inácio, Carlos Alberto, Trenque, Moreira e Palmeiro.

No Beira-Mar, além de Bastos e Diego – de longe os mais destacados, com relevo para o *keeper*—, também Marçal se distinguiu. Dos restantes, na defesa Evaristo acabou em plano de agrado, depois de um começo pouco famoso; Liberal esteve longe do seu normal; e Moreira, com um princípio prometedor, acabou despercebido, tal como Valente, que actuou sobre a defensiva. Quanto aos atacantes, Azevedo melhorou grandemente em relação ao jogo com o Porto; e Paulino e Chaves estiveram activos, mas alternaram lances de agrado e utilidade com lances banais... O interior Amândio, diligente e activo, cumpriu, sobretudo a destruir.

★

O público lisboeta comportou-se magnificamente: foi hospitaleiro e bastante correcto. Aliás, a partida iniciou-se (e veio a decorrer sob os melhores auspícios: a Direcção do Atlético ofereceu uma salva de prata aos dirigentes do Beira-Mar, assinalando a presença da sua turma na I Divisão; e as «Produções José Rocha» distinguiram também o Clube aveirense com uma taça, ganha pela equipa que conquistou, no ano findo, o título nacional da II Divisão.

No entanto, como «no melhor pano cai a nódoa», também um desagradável incidente ficou a assinalar o prélio de domingo: referimo-nos a uma cobarde e injustificável agressão de Leonel a Paulino, que determinou mesmo que o jogo fosse interrompido para ser socorrido o extremo aveirense. O agressor, porém, ficou em campo — pois o árbitro nada determinou em contrário, como lhe cumpria, e não expulsou o alcantarense.

Poderá, talvez, referir-se que o juiz de campo não viu a agressão: aceitamos a objecção, mas, neste caso, passamos a carrear todas as culpas para o «bandeirinha» Encarnação Salgado. Este, tendo forçosamente assistido a quanto se passou, tinha o dever de informar prontamente o seu chefe de equipa.

A finalizar: tanto o árbitro como os seus auxiliares actuaram modestamente, prejudicando de forma nítida o grupo de Aveiro.

Provas Distritais

do, agora pertencente a Arrifanense e Lusitânia.

Resultados do dia:

ESMORIZ, 1 - OVARENSE, 4
LAMAS, 4 - CUCUJÃES, 1
RECREIO, 1 - CESARENSE, 1
V.-ALEGRE, 2 - LUSITÂNIA, 3
ESTARREJA, 1 - ARRIFANEN., 4

Mapa da classificação:

	J.	V. E D.	Bolas	P.
Arrifanense .	5	4 - 1	24-11	13
Lusitânia . .	5	3 2 -	16 8	13
Cucujães . .	5	3 1 1	11-7	12
Lamas . . .	5	2 2 1	13-11	11
Ovarense . .	5	2 2 1	12-11	11
Recreio . . .	5	1 3 1	12-8	10
Vista - Alegre	5	2 - 3	14-14	9
Estarreja . .	5	2 - 3	4-8	9
Cesarense .	5	- 2 3	2-7	7
Esmoriz . . .	5	- - 5	4-27	5

Jogos para amanhã — Ovarense-Vista-Alegre, Cucujães-Esmoriz, Cesarense-Lamas, Recreio-Estarreja e Lusitânia-Arrifanense.

Reservas

A competição prosseguiu, tendo-se apurado os seguintes desfechos:

Lamas, 3 - Cucujães, 1; Vista-Alegre, 0 - Lusitânia, 2; Sanjoanense, 2 - Oliveirense, 0 e Alba, 2 - Beira-Mar, 5. Foi adiado, para data que oportunamente se indicará, o desafio Espinho-Feirense.

Por ter alinhado com um jogador em situação irregular, o Lusitânia perdeu, por falta de comparência, o jogo que ganhou ao Vista-Alegre.

Amanhã jogam — Ovarense-Vista Alegre e Lusitânia-Arrifanense *(Série A)*; na outra zona, não haverá quaisquer desafios.

Carta de Lisboa

Conclusão da segunda página

caravelas. De resto, em todo o barco se respira a mesma harmonia, desde a cor ao mobiliário e à própria arquitectura interior. Na verdade, o passageiro debutante, gastando as horas por aquelas lindas salas, fàcilmente esquecerá que vai num barco.

Com barcos assim, deste nível, talvez já se possa começar a pensar em canalizar turismo para as nossas terras de África. E lá a bordo, como sempre, apeteceu-me ser turista.

ABRIU hoje a caça! Isto representa, para uns, o abrir de portas de um reino — que eles dizem maravilhoso — e para que há longos meses preparavam os paramentos. Mas representa, para os outros, como eu — os não caçadores — estarmos condenados, durante duas ou três semanas (se não forem dois ou três meses) a ser saturados por fantásticas histórias de caça. Não há possibilidade de fuga, porque no eléctrico, no comboio, no intervalo do cinema ou à mesa do café, lá aparece sorridente o amigo que nos conta as suas peripécias venatórias, os quilómetros palmilhados ou o trabalho prodigioso do seu cão. E logo ali nos exemplifica, com gestos largos, que a perdiz levantou desta ou daquela maneira, que foi um lindo tiro, etc., etc.. Mas como se isso ainda não bastasse, compara esse tiro com um do ano passado, com os do companheiro de caça ou de outro que ouvira dizer.

Se saímos para a estrada, lá andam eles aos «pum-pum», estafados e enlameados, fabricando heroicidades vãs. E os campos perdem o seu saboroso silêncio, nas serras cessam os cantares e os cinturões enchem-se de vaidade...

Quando lhes ouço as histórias naquela linguagem e gestos que são comuns a todos os caçadores, lembro-me sempre da sábia observação de Bismark: «Nunca se mente tanto como antes das eleições, durante a guerra e depois duma caçada».

Mas cá fico — que outro remédio não tenho — à espera dos amigos que virão contar-me as suas histórias de caça...

Lisboa, 1 de Outubro de 1961

Gonçalo Nuno

Assuntos dos Jornais e Assuntos Locais

Continuação da primeira página

que esse problema do Matadouro, difícil de resolver, mas que já se resolveu, não foi o único que o *ciclo ático dos 13 anos anteriores* (segundo a mirífica classificação do discurso do sr. Dr. Jaime Ferreira da Silva) deixou para o ciclo *desático* dos quatro anos da minha presidência.

A herança não trazia só rosas e facilidades.

A herança trazia consigo, como já referi, alguns espinhos, como o pagamento de 1 170 contos da sentença condenatária da Câmara de Aveiro no processo de expropriação de uma quinta agrícola entre o Liceu novo e a nova Escola Industrial, sentença que transitou em julgado, e que era forçoso pagar, bem como o grande bico de obra do anteplano de urbanização citadina, que já contava uns dez anos de preparação do seu esboço e cujos trabalhos estavam, em Maio de 1957, totalmente paralizados ou emperrados.

Nem por tal se disse que o sr. Dr. Álvaro Sampaio *desarticulara o panorama* e nem por isso eu, no acto da minha posse, deixei de elogiar a sua actividade, nem, mais tarde, deixei de lhe entregar, solenemente e muito sinceramente, a primeira Medalha de Ouro da Cidade, que eu mesmo propus à Câmara lhe conferisse.

Mas a minha presidência viu-se, logo de entrada, a braços com os muito sérios problemas de urbanização que o sr. Dr. Sampaio deixara suspensos, problemas que, aliás, me eram familiares desde que entrei na vida pública, uns 50 e tantos atrás, embora o termo usual da *urbanização* seja de recente data e novidade.

Eram-me familiares êsses problemas porque sempre neles muito atentara e muito os discutira com os próprios antecessores do *ciclo ático* do sr. Dr. Sampaio, mas que nem por me serem familiares, eu deixei de reconhecer como muito difíceis de resolver e exigentes da maior ponderação.

E o pior não era haver uma urbanização só para Aveiro: era haver três urbanizações legais e oficiais para o concelho — a da cidade, a da pobre praia de S. Jacinto e a da muito difícil e ancestralmente agrícola Cacia-Sarrazola.

E não queiram os leitores saber das complicações, das dificuldades e dos problemas gerais e parciais que a uma Câmara Municipal e aos próprios munícipes acarreta um plano de urbanização oficial, mesmo na sua fase de simples esboço ou de anteplano!

E' um permanente, e absorvente e sempre quesilante quebra-cabeças!

E' que a urbanização legal não é apenas, como vulgarmente se supõe, um desenho, uma perspectiva ou uma planta com a indicação de modificações na disposição do aglomerado populacional e de aproveitamento, num novo sentido, do seu território. Não é apenas um desenho perfeito ou uma perspectiva aliciante com traçados mais ou menos arbitrários e projectos mais ou menos vistosos, de avenidas, ruas, passeios, praças e largos, jardins, estádios, escolas, teatros, bairros, zonas comerciais, industriais, habitacionais, residenciais, de edifícios e serviços públicos, de recreios e verduras e mixtas, prevendo construções modernas, elegantes, pretenciosas ou utilitárias, distribuindo e ordenando os serviços públicos e particulares, circulação de peões e veículos, etc., etc..

E' uma série de regras, limitações, regulamentos e disposições normativas, disciplinadoras e restritivas, que causam numa cidade ou em qualquer povoação de tipo antigo as maiores complicações, pois qualquer plano urbanístico que se aplique a um povoado já existente e secular necessita de demolir construções, deslocar habitantes, cortar terrenos particulares, inutilizar propriedades; e ainda porque quem pretende construir não pode construir o que lhe apetece ou aquilo de que necessita, como deseja ou onde lhe convém.

Tudo é sujeito a ordenamentos, regras e limitações que a própria Câmara é obrigada a observar e impôr, e que causam os maiores embaraços, além dos cuidados que dão as expropriações e as negociações, o saneamento, o abastecimento de águas potáveis, a iluminação pública e particular, o esgoto das águas pluviais, a pavimentação das ruas, etc., etc..

E é, sobretudo, para as autarquias, um sorvedouro de dinheiro de que, em regra, como é sabido e está dito e redito, elas não dispõem. Porisso, muitos planos de urbanização não resultam e só causam desagrado.

Urbanização sem gastos, sem verbas, sem fundos, sem recursos financeiros, sem dinheiro, é impossível.

Ou há alguém que tenha a receita de urbanizar, sem dispêndio, um povoado já existente, a não ser num ou noutro caso verdadeiramente especial e excepcional?...

Há disposições e previsões de um plano de urbanização que são, e nem podem deixar de ser, vistas a longo prazo ou por ordenamento escalonado. Outras são de realização imediata ou de coordenação por sincronismo com outras obras das quais dependem ou às quais estão subordinadas.

Mas, de uma maneira geral, se não se forem abrindo algumas vias ou recintos públicos ou se não se forem construindo edifícios ou dispositivos de interesse público de necessária e urgente montagem e utilização, a vida progressiva da localidade anquilosa-se, perturba-se, retrai-se; e os habitantes ficam impedidos de construir; a urbanização perde o seu interesse e a sua oportunidade, e quando se dá pelo atraso e pelo erro ou se procura remediar o mal, já os acontecimentos e as conveniências gerais têm ultrapassado o plano, e novo plano é necessário para vir alterar o planeado.

E' preciso andar, realizar, não perder tempo, que tempo imenso se perde nas discussões técnicas, nas dificuldades dos processos e nas andanças da burocracia, sempre que alguma coisa de útil se procura fazer a bem da comunidade.

Para se abrir novos arruamentos ou novos recintos públicos, a fim de se facultarem novas construções particulares, melhor circulação, maior conforto e mais higiénico e agradável viver ou melhor funcionamento de serviços públicos, é preciso expropriar terrenos ou comprar prédios, pagar indemnizações, demolir pardieiros, cortar jardins ou quintais particulares, aterrar fossos e nivelar ou amontoar terrenos — e para tudo é preciso dinheiro!

Além de muito esforço e de muita canseira, é preciso muito dinheiro.

Só na compra de quatro prédios rústicos e urbanos e no saneamento, iluminação, nivelamento e mais trabalhos e obras necessários à urbanização do Bairro Novo das Barrocas, gastou a Câmara de Aveiro, à sua parte, uns 900 contos!

E 7 725 contos gastou a mesma Câmara, sob a minha presidência, em quatro anos, no pagamento de 31 prédios urbanos e 37 rústicos necessários ou convenientes à urbanização.

E' preciso dinheiro, sempre dinheiro e, por vezes, muito dinheiro, tanto mais quanto é certo que todos pedem tudo às autarquias e ninguém com elas tem contemplações, sendo raras as condescendências.

Já disto muito se queixava o sr. Dr. Sampaio nos seus relatórios e que o diga o sr. Governador Civil que, como Presidente da Câmara de Estarreja e precisando de arranjar casas para os magistrados da Comarca, teve de pedir 600 contos na Caixa Geral dos Depósitos a fim de pagar o palacete e o prédio rústico dos Temudos, que, pouco antes, segundo me informam, tinha sido vendido por 450 contos.

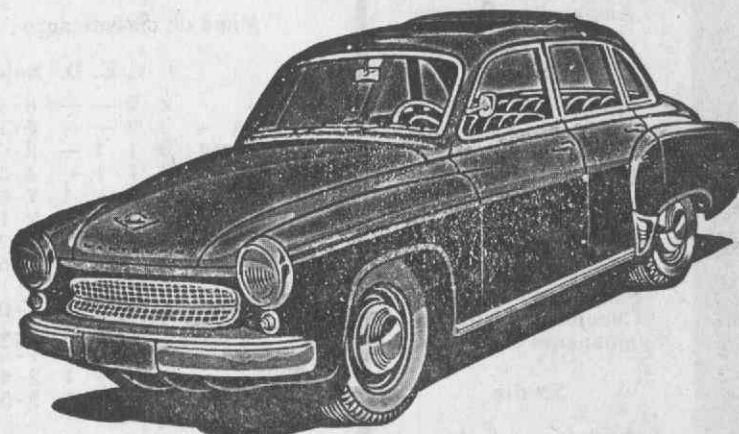
E como o critério municipal, que não desejo discutir, entendeu depois que o palacete que era muito grande e representativo, não servia para casa dos magistrados nem para nada, resolveu a Câmara pura e simplesmente demoli-lo e mandar construir edifícios modernos, garridos e alegres, voltados para o Antuã, ficando o vendedor com a sua parte do terreno que dava frente para a Praça de Francisco Barbosa que é, por sinal, a muito ampla e bela praça de Estarreja.

Operações destas, que o público não compreende e que discute e que critica sempre com maledicência, acontecem muitas vezes a pessoas que, como o actual sr. Governador Civil de Aveiro, se julgam senhores de alta visão e de superior sentido da administração e das oportunidades, e que se permitem criticar os outros e proceder como já sabemos que tem procedido em Aveiro o sr. Dr. Jaime Ferreira da Silva.

Acontecem, mesmo, a algumas pessoas de incontroversa boa intenção, e de impecável procedimento, mas não é isso o que importa essencialmente à finalidade deste artigo e ao que vínhamos dizendo.

O que importava neste artigo era a dificuldade das urbanizações e o preço das expropriações e, nomeadamente, o que se tem passado e passa em Aveiro com a compra e venda de alguns terrenos indispensáveis à urbanização da cidade. O que importava e importa neste artigo, era, além da demonstração, já feita, de que as urbanizações são muito difíceis e muito caras em aglomerados populacionais preexistentes, a comprovação de que a falta do empréstimo municipal que o sr. Governador Civil empatou, em 1960, e a *desarticulação* de alguns interesses de autarquias locais, desarticulação que um bom Chefe de Distrito devia ter evitado, podiam e podem causar avultadissimos prejuízos à Câmara Municipal de Aveiro e à cidade, além de lamentabilíssimo atraso na parte da urbanização já virtualmente aprovada pelas entidades superiores.

Mas como este artigo vai extenso e há falta de espaço no *Litoral*, prosseguiremos em próximo número.

Alberto Souto

FUTEBOL

CAMPEONATO NACIONAL DA I DIVISÃO

da INQUIETAÇÃO para o SOSSEGO...

Atlético, 4 — Beira-Mar, 1

Estádio da Tapadinha, em Lisboa, perante boa assistência. *Árbitro* — Inácio Tereso. *Fiscais de linha* - Encarnação Salgado (bancada) e Manuel Fragata (peão) - da Comissão Distrital de Setúbal.

Atlético — *Pinho (ex-Salgueiros); Fernando Ferreira, Orlando e Leonel; Inácio (ex-Benfica) e Trenque (ex-Vitória de Guimarães); Moreira (ex-Benfica), Carlos Alberto (ex-Salgueiros), Carlos Gomes, Pedro Silva e Palmeiro (ex-Benfica).*

Beira-Mar — *Bastos; Evaristo, Liberal e Moreira; Marçal e Valente; Paulino, Amândio, Diego, Azevedo e Chaves.*

1.ª parte: 2-1.—Aos 11 m., após um despacho de Orlando que Liberal não cortou, a bola escapou-se-lhe e CARLOS GOMES, oportuno, rematou cruzado, rente à relva, batendo Bastos sem apelo nem agravo.

Sobre os 21 m., o marcador passou para 2-0. Palmeiro, em fuga pelo seu sector, foi até à linha final, já dentro da área, donde tirou um centro, atrasando a bola para CARLOS GOMES. Este, de costas para as balizas do Beira-Mar, virou-se e atirou o esférico para o fundo das redes, com um toque feliz, evitando a intervenção dos *backs* aveirenses.

Aos 44 m., o Beira-Mar conseguiu o seu ponto de honra, por intermédio de MARÇAL, com um forte remate que levou a bola a entrar no ângulo superior das balizas de Pinho, junto ao poste do lado direito. O lance foi bem trabalhado por Diego, que cedeu o remate final ao seu *half* volante, que se integrara no ataque.

2.ª parte 2-0. — Aos 39 m., num lance conduzido pela esquerda e iniciado pelo médio alcantarense Inácio, Moreira lançou CARLOS GOMES, que se deslocara para o flanco direito. O jovem dianteiro-centro dos lisboetas, arrancando velozmente para o esférico, pontapeou-o violentamente, conseguindo um autêntico «golão»!

Aos 36 m., a marca final foi estabelecida por PEDRO SILVA, que recargou vitoriosamente, a poucos metros das redes, uma bola que Bastos repelira a soco, depois de Carlos Gomes a ter cabeceado.

★

A vitória dos lisboetas justificou-se, plenamente, já que a turma evoluiu no relvado com personalidade e foi terrivelmente prática, sobretudo no aproveitamento dos «brindes» que os defensores de Aveiro lhes ofereceram. Com um lote de jovens e magníficos jogadores sòlidamente unidos pela experiência de alguns futebolistas mais *amadurecidos* e de real valia, os pupilos de José Valle deixaram-nos óptima impressão, confirmando tudo quanto deles tem vindo a afirmar-se por críticos responsáveis: o Atlético, efectivamente, parece talhado para uma época sem apreensões, que culminará com a conquista de um posto bem próximo dos quatro grandes.

★

A primeira apresentação do Beira-Mar em Lisboa suscitou bastante interesse, levando muitos espectadores e muitos críticos à Tapadinha. E a verdade é que os aveirenses não desmereceram inteiramente, apesar de alguns desacertos dos seus sectores defensivos terem naturalmente abalado a equipa (e tranquilizado os alcantarenses...), ainda na fase em que o resultado da contenda estava por decidir.

Para além dos citados deslizes — autênticos trunfos de que os atléticos souberam tirar o melhor proveito —, há que referir também que o ataque beiramarense, embora se movimentasse com agrado, não teve ainda o desejável e imprescindível sentido de perfu-

Continua na página 6

O MELHOR EM CAMPO

O guarda-redes beiramarense JOSÉ BASTOS foi, no domingo, o melhor dos elementos do onze que alinhou no Estádio da Tapadinha. Certo de começo até final, muito sóbrio e muito seguro, e conhecedor profundo do seu métier, o antigo internacional que agora defende as balizas do Beira-Mar creditou-se de exibição notável e altamente meritória - que nem quatro golos sofridos chegam para ofuscar, já que todos esses tentos era indefensáveis.

E, portanto, com toda a justiça que hoje trazemos o valoroso porteiro a esta secção.

JOSÉ BASTOS foi um dos mais destacados elementos do Atlético - garantindo, mercê de notáveis exibições, a conquista de preciosos pontos para o Clube, que veio a situar-se em posição de certo modo tranquila no campeonato da época finda.

Em preito de reconhecimento, os associados do Atlético ovacionaram demoradamente o actual keeper do Beira-Mar, quando ele, no reatamento do encontro de domingo, foi ocupar a baliza situada junto da bancada reservada aos sócios do Clube lisboeta. Trata-se de uma homenagem justíssima, traduzida em gesto de elevado desportivismo — que gostosamente colocamos em merecido relevo.

ARQUIVO DA PROVA

DOIS desfechos de muita sensação ficaram a assinalar a segunda jornada do torneio máximo. Referimo-nos aos êxitos, ambos preciosíssimos, que os grupos do Olhanense e do Sporting alcançaram, nas deslocações que fizeram a Coimbra e ao Porto, respectivamente. Para além destes forasteiros vitoriosos, também o Belenenses poderá ser considerado um visitante feliz, pois adregou um empate na Covilhã.

Nos restantes desafios, prevaleceu a vantagem dos grupos visitados: é de ter em conta, no entanto, o volumoso *score* que os alentejanos do Lusitano conseguiram ante o Leixões.

Resultados gerais:

Covilhã, 1 — Belenenses, 1
Académica, 1 — Olhanense, 2
Benfica, 8 — Salgueiros, 1
Lusitano, 4 — Leixões, 0
Porto, 0 — Sporting, 2
Atlético, 4 — Beira-Mar, 1
C. U. F., 1 — Guimarães, 0

O torneio é amanhã interrompido, por se realizar o desafio internacional Luxemburgo-Portugal, da fase eliminatória do Campeonato do Mundo. Os desafios correspondentes à terceira jornada efectuam-se no dia 15 do corrente mês de Outubro.

APÓS a segunda jornada, a classificação geral ficou ordenada da forma a seguir indicada:

	J.	V.	E.	D.	Bolas	P.
Benfica	2	2	—	—	10-2	4
Atlético	2	2	—	—	7-2	4
Olhanense	2	2	—	—	3-1	4
Lusitano	2	1	1	—	4-0	3
Sporting	2	1	1	—	2-0	3
Belenenses	2	1	1	—	6 2	3
Académica	2	1	—	1	3-3	2
C. U. F.	2	1	—	1	2-5	2
Beira-Mar	2	—	1	1	2-5	1
Covilhã	2	—	1	1	1-2	1
Porto	2	—	1	1	1-3	1
Guimarães	2	—	—	2	1-4	0
Leixões	2	—	—	2	1-6	0
Salgueiros	2	—	—	2	2-10	0

BASQUETEBOL

PRINCIPIA esta noite o Campeonato Regional da I Divisão, que reúne a presença de oito dos clubes filiados na Associação de Basquetebol de Aveiro. A competição vai ser disputada de acordo com a ordem de jogos que consta do calendário que abaixo publicamos:

1.º dia

Sangalhos — Galitos
Cucujães — Sanjoanense
Illiabum — Amoníaco
Recreio — Esgueira

2.º dia

Galitos — Cucujães
Esgueira — Sangalhos
Sanjoanense — Illiabum
Amoníaco — Recreio

3.º dia

Illiabum — Galitos
Cucujães — Sangalhos
Recreio — Sanjoanense
Esgueira — Amoníaco

4.º dia

Galitos — Recreio
Sangalhos — Illiabum
Cucujães — Esgueira
Sanjoanense — Amoníaco

5.º dia

Amoníaco — Galitos
Recreio — Sangalhos
Illiabum — Cucujães
Esgueira — Sanjoanense

6.º dia

Galitos — Sanjoanense
Sangalhos — Amoníaco
Cucujães — Recreio
Illiabum — Esgueira

7.º dia

Esgueira — Galitos
Sanjoanense — Sangalhos
Amoníaco — Cucujães
Recreio — Illiabum

REGISTO

• DA II DIVISÃO NACIONAL

O segundo dia da prova forneceu-nos, na Zona Norte, uma série de desfechos em que o equilíbrio foi nota dominante: em sete jogos, apuraram-se quatro empates, duas vitórias pela contagem mínima e apenas um triunfo foi expresso por números folgados.

Registemos os resultados:

Braga, 6 - Feirense, 3; Vianense, 0 - Oliveirense, 0; Torriense, 0 - Marinhense, 0; Peniche, 3 - Caldas, 3; Boavista, 1 - Vila Real, 0; Espinho, 2 - Cernache, 2; e Sanjoanense, 2 - Castelo Branco, 1.

Nota-se que os representantes do Distrito de Aveiro somaram um êxito (Sanjoanense) e um inêxito (Feirense), além de dois empates (Espinho, em situação de visitado; e Oliveirense, actuando como visitante). Em resumo: uma jornada que não foi inteiramente favorável, mas que não pode também considerar-se totalmente ingrata para os representantes aveirenses.

Mapa da classificação:

	J.	V.	E.	D.	Bolas	P.
Braga	2	2	—	—	8-4	4
Boavista	2	2	—	—	3-1	4
Marinhense	2	1	1	—	2-0	3
Caldas	2	1	1	—	4-3	3
Feirense	2	1	—	1	7-6	2
Vila Real	2	1	—	1	2-1	2
C. Branco	2	1	—	1	3-2	2
Sanjoanense	2	1	—	1	2-5	2
Torriense	2	—	1	1	0-1	1
Oliveirense	2	—	1	1	1-2	1
Cernache	2	—	1	1	3-4	1
Vianense	2	—	1	1	1-3	1
Espinho	2	—	1	1	2-4	1
Peniche	2	—	1	1	3-5	1

• das Provas Distritais

I DIVISÃO

No pretérito domingo, nos encontros correspondentes à quinta jornada desta prova, venceram três visitantes e apenas um visitado conseguiu ganhar pois apurou-se uma igualdade no outro desafio. De salientar o facto do Cucujães ter perdido pela primeira vez, em Lamas — até porque o citado inêxito provocou mudança no coman-

Continua na página 6

gincana de automóveis

Amanhã, com início às 14 horas, realiza-se em Oliveira do Bairro uma gincana de automóveis, que está a concitar bastante interesse e está dotada com numerosas e valiosas taças.

O produto da receita da gincana reverte em benefício da Pista de Ciclismo da Bairrada.

XADREZ DE NOTÍCIAS

Os atletas Vaz Ruivo e Eduardo Correia, que pertenciam ao Galitos, ingressaram no Benfica, tendo já iniciado a respectiva preparação em vista à nova época de atletismo.

Amanhã, o Beira-Mar desloca o seu grupo principal a S. João da Madeira, para um desafio amigável de futebol, retribuindo a visita que a Sanjoanense fez a Aveiro no final da época finda. Na tarde de quinta-feira passada, os futebolistas do Beira-Mar jogaram em Estarreja, com o grupo daquela vila, num encontro-treino.

No pretérita terça-feira, o «Diário Ilustrado» publicou, sob o título o **Argentino Garcia (indigitado para o Sporting ganha 30 contos mensais no Palermo,** *a notícia que a seguir transcrevemos, dispensando-nos de lhe fazer, de momento, qualquer comentário:*

Em fonte fidedigna soubemos que o interesse do Sporting pelo argentino Garcia, que já representou o Beira Mar, não tem por agora a concordância do referido futebolista.

E compreende-se em absuluto, porquanto Garcia, embora se encontre à experiência no Palermo, (tem agradado bastante aos responsáveis pela equipa italiana) ganha «apenas» 30 contos mensais.

Entretanto, a mãe do argentino irá em breve para a sua companhia, a pedido dele.

Os treinos dos futebolistas seniores do Beira-Mar passaram a realizar-se da parte da da manhã, no Estádio de Mário Duarte. O piso do rectângulo está a ser convenientemente tratado, pelos competentes serviços da Câmara Municipal.

É bastante possível que o Beira Mar veja incluídos brevemente nas suas fileiras mais dois futebolistas; o aveirense Bártolo, que tem representado o Vitória de Guimarães, e o brasileiro Gastão, que alinhava no Futebol Clube do Porto.

A Associação de Basquetebol de Aveiro fixou a data de 27 de Novembro próximo para os sorteios dos campeonatos regionais de juniores e infantis. Até o citado dia, podem os clubes inscrever-se nas referidas provas.

Na sua estreia no torneio distrital de Reservas, o Beira-Mar apresentou, em Albergaria-a-Velha, os seguintes elementos: Sidónio (Teixeira); Gamelas, Lourenço e Gandarinho; Carlos Alberto e Sarrazola; Ruano, Miguel, Correia, Calisto e Ramiro. Os beiramarenses venceram o Alba por 5-2 (2-2 ao intervalo), com golos de Ruano (2), Miguel, Correia e Calisto.